



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CFP UNIDADE ACADEMICA
DE GEOGRAFIA - UNAGEO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

DYONES LEITE DE MORAIS

**DAS TERRAS SEM FUNÇÃO SOCIAL À UMA TERRA COM VÁRIOS SONHOS
ASSENTADOS: UMA TRAJETÓRIA DE OCUPAÇÃO NA VISÃO DA LÍDER DO
ACAMPAMENTO MARIA BONITA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MAURITI-
CE**

CAJAZEIRAS/PB

2025

DYONES LEITE DE MORAIS

DAS TERRAS SEM FUNÇÃO SOCIAL À UMA TERRA COM VÁRIOS SONHOS
ASSENTADOS: UMA TRAJETÓRIA DE OCUPAÇÃO NA VISÃO DA LÍDER DO
ACAMPAMENTO MARIA BONITA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MAURITI-CE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura em
Geografia, do Centro de Formação de Professores
da Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG), Campus Cajazeiras-PB, como requisito
para a obtenção do título de Licenciado em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de
França

CAJAZEIRAS/PB

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

M827d Moraes, Dyones Leite de.

Das terras sem função social à uma terra com vários sonhos
assentados: uma trajetória de ocupação na visão da líder do acampamento
Maria Bonita, localizado no município de Mauriti - CE / Dyones Leite de
Moraes. - Cajazeiras, 2025.

69f.: il. color.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França.

Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP/2025.

1. Reforma Agrária no Brasil. 2. Movimento Sem Terra. 3. Luta pela
terra. 4. Assentamento rural - Riacho da palha-Mauriti - Município -
Ceará. 5. Resistência camponesa. I. França, Diego Pessoa Irineu de.
II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 332.021.8(813.1)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

**DAS TERRAS SEM FUNÇÃO SOCIAL À UMA TERRA COM VÁRIOS SONHOS
ASSENTADOS: UMA TRAJETÓRIA DE OCUPAÇÃO NA VISÃO DA LÍDER DO
ACAMPAMENTO MARIA BONITA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MAURITI-
CE**

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de Licenciatura em Geografia pelo Curso de licenciatura em Geografia, da Unidade Acadêmica de Geografia, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande.

Aprovado(a) em: 14 / 05/ 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



DIEGO PESSOA IRINEU DE FRANCA

Data: 19/05/2025 22:04:54-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de Franca (Orientador)

Unidade Acadêmica de Geografia UNAGEO

Universidade Federal de Campina Grande UFCG

Documento assinado digitalmente



JACQUELINE PIRES GONCALVES LUSTOSA

Data: 21/05/2025 17:31:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jacqueline Pires Gonçalves

Lustosa Unidade Acadêmica de Geografia

UNAGEO Universidade Federal de Campina

Grande UFCG

Documento assinado digitalmente



WELDON PEREIRA SILVA DE NOVAIS

Data: 23/05/2025 18:22:57-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Weldon Pereira Silva de Novais

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-

PB)

Ao Deus que tudo pode, aos meus amigos e familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a minha família, Lania Damasio e Cosma Damasio, por terem me incentivado a ingressar na Geografia, em uma universidade pública. A minha mãe, Moraes, por sempre me mostrar o caminho certo, e oferecer a mim, o que não pôde ter, uma graduação e um futuro acadêmico.

Aos meus amigos, Woshington, Damião e Wandro que me incentivaram e me ajudaram nesse processo. A Vitória por todas as vezes que me ajudou na universidade, a dona Zuleide por me acolher na sua casa, quando os dias em Cajazeiras eram longos. A Brenda, Júlio, Waliff, João motorista e a meu grande amigo Lucas Barbosa (em memória), por fazerem as viagens longas terem sido cheias de conversas e aprendizados. E aos meus amigos de sofrimento compartilhado, Val e Caleb.

A todo o pessoal do grupo "geomundiça", no qual fiz amigos importantes e aprendi a ser um companheiro, não me deixaram desistir e que levarei sempre no meu coração.

Ao meu orientador, Diego Pessoa, por ter aceito essa missão quase impossível em cima da hora. serei eternamente grato!

Um agradecimento a todos da escola Prof. Mozart Rodrigues, onde tenho me tornado um profissional melhor, e aprendendo um pouco mais todos os dias.

E por último, à todos os meus ex-professores da UFCG, e toda a coordenação, que são os melhores, e cumprem com excelência as suas atribuições.

RESUMO

A presente pesquisa trata da luta pela terra e da resistência camponesa no contexto da reforma agrária no Brasil, tendo como foco o acampamento Maria Bonita, localizado no Riacho da Palha, município de Mauriti, estado do Ceará. O objetivo central foi analisar a trajetória de ocupação, organização e resistência das famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destacando as estratégias coletivas construídas ao longo de mais de uma década de permanência no território. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, com método misto, articulando pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada realizada com uma liderança local. Os resultados apontam para uma realidade marcada por precariedades, mas também por fortes laços de solidariedade, práticas agroecológicas, autogestão e luta por reconhecimento. Conclui-se que, mesmo antes da regularização fundiária formal, o acampamento já se configura como espaço de vida, pertencimento e dignidade, evidenciando a urgência de políticas públicas eficazes de reforma agrária.

Palavras-Chave: Reforma agrária. MST. Luta pela terra. Acampamento rural. Resistência camponesa.

ABSTRACT

This research addresses the struggle for land and peasant resistance in the context of agrarian reform in Brazil, focusing on the Maria Bonita encampment, located in Riacho da Palha, municipality of Mauriti, in the state of Ceará. The main objective was to analyze the trajectory of occupation, organization, and resistance of the families linked to the Landless Rural Workers' Movement (MST), highlighting the collective strategies developed throughout more than a decade of occupation. The methodology adopted was qualitative, with a mixed-methods approach, combining bibliographic research and a semi-structured interview conducted with a local leader. The results reveal a reality marked by precarious conditions, but also by strong bonds of solidarity, agroecological practices, self-management, and the ongoing fight for recognition. It is concluded that, even before the official land regularization, the encampment already functions as a space of life, belonging, and dignity, demonstrating the urgency of effective public agrarian reform policies.

Keywords: Agrarian reform. MST. Land struggle. Rural encampment. Peasant resistance.

LISTA DE QUADROS E IMAGENS

Quadro 1 – Divisões da superintendência regional do INCRA no Ceará.....	22
Quadro 2 – Organização interna do MST	27
Imagem 1 – MST no Ceará.....	30
Imagem 2 – Acampamento Maria Bonita.....	41
Imagem 3 – Mapa do município de Mauriti	46

LISTA DE ABREVIATURAS

UFCG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CFP- CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNAGEO- UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA

TCC- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

EUA- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ITEC- INSTITUTO DE TECNOLOGIAS EM INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO

INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

FHC- FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

UMC- UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO

PNRA- PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

CCU- CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO

TD- TÍTULO DE DOMÍNIO

CDRU- CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

CCA- COOPERATIVA CENTRAL DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

CDC- CINTURÃO DIGITAL DO CEARÁ

ETICE- EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ

ABC-TIC- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES ESTADUAIS E PÚBLICAS DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PT- PARTIDO DOS TRABALHADORES

PCdoB- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL PSD- PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PSDB- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

CNS- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

PRONERA – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A REFORMA AGRÁRIA E SEUS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E LEGAIS	15
2.1 O conceito e a necessidade da reforma agrária.....	15
2.2 Experiências internacionais: E.U.A., Chile e México	17
2.3 O direito à terra na legislação brasileira	20
2.4 Acampamento e assentamento: diferenças e significados	21
2.5 Estrutura e funcionamento do INCRA no Ceará.....	23
3. MST E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	25
3.1 O MST e sua inserção no contexto dos movimentos sociais.....	25
3.2 O MST e sua organização interna	27
3.3 Espacialidade e territorialidade no MST	29
3.4 O MST no Ceará: liderança e dinâmica regional.....	31
4. DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE ASSENTAMENTO	33
4.1 A morosidade do processo de desapropriação de terras.....	33
4.2 A posse da terra em assentamentos rurais	35
4.3 Liderança do MST no Ceará e o papel do ITEC.....	36
5. METODOLOGIA.....	38
5.1 Tipo de pesquisa	38
5.2 Delimitação do estudo e contexto	39
5.3 Sujeitos da pesquisa	42
5.4 Instrumento de coleta de dados.....	42
5.5 Procedimento de coleta	43
5.6 Procedimentos de análise de dados	46
5.7 Considerações éticas	46
6. ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	48
6.1 Voz da terra: análise das vivências e lutas no Acampamento Maria Bonita.....	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

APÊNDICE A.....	66
APÊNDICE B.....	68

1. INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil é um tema histórico e, ao mesmo tempo, extremamente atual, especialmente quando se observa a persistente concentração fundiária e a negação do direito à terra para milhões de trabalhadores rurais. A reforma agrária, enquanto política pública prevista na Constituição Federal de 1988, tem como base a função social da propriedade e objetiva promover justiça social, desenvolvimento no campo e acesso igualitário aos recursos produtivos. No entanto, sua efetivação encontra-se marcada por lentidão, omissões e entraves políticos e burocráticos. Neste contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge como uma das mais expressivas formas de organização e resistência dos sujeitos do campo, promovendo ocupações de terras improdutivas e lutando por sua destinação a famílias camponesas. A presente pesquisa tem como foco o acampamento Maria Bonita, localizado na comunidade Riacho da Palha, zona rural do município de Mauriti, no estado do Ceará. A escolha por esse recorte territorial se justifica pela minha proximidade e amizade com os trabalhadores que lá estão acampados, e relevância do acampamento como experiência concreta de luta, resistência e organização camponesa na região do Cariri cearense, território com histórico de exclusão agrária, mas também de intensa mobilização social.

A investigação busca contribuir para a compreensão das dinâmicas que envolvem o processo de ocupação e organização do acampamento Maria Bonita, dando visibilidade às experiências das famílias camponesas que ali resistem há mais de uma década. Essa temática é relevante não apenas para a comunidade acadêmica e científica, mas também para o debate público mais amplo sobre reforma agrária, desigualdade fundiária, soberania alimentar e justiça social no Brasil. Compreender a realidade vivida por esses sujeitos significa lançar luz sobre questões estruturais do campo brasileiro, bem como reconhecer as estratégias construídas pelos movimentos sociais para enfrentar a ausência de políticas efetivas por parte do Estado.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a trajetória de luta, resistência e organização do acampamento Maria Bonita, à luz da atuação do MST e da política de reforma agrária no Brasil. Como objetivos específicos, busca-se: compreender os

fundamentos históricos e legais da reforma agrária; investigar a dinâmica dos movimentos sociais no campo, com ênfase no MST; discutir os desafios enfrentados

pelas famílias camponesas em processos de desapropriação e assentamento; e, por fim, interpretar os sentidos e significados atribuídos à terra pelos sujeitos envolvidos no acampamento.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com abordagem mista. Foram utilizados dois principais métodos: a pesquisa bibliográfica, que forneceu o embasamento teórico a partir de obras e estudos produzidos preferencialmente entre os anos de 2016 e 2025; e a entrevista semiestruturada, aplicada presencialmente a uma liderança do acampamento Maria Bonita, com o objetivo de captar narrativas, vivências e percepções diretamente dos sujeitos envolvidos no processo. Os dados empíricos foram analisados à luz da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), articulando teoria e prática social.

A estrutura do trabalho está organizada em sete capítulos. No capítulo dois discutem-se os conceitos centrais, as experiências internacionais, a legislação brasileira e os programas nacionais de reforma agrária. O capítulo três apresenta a história, a organização interna e as territorialidades construídas pelo MST, com atenção especial ao contexto do Ceará. No capítulo quatro, são abordadas questões relativas à morosidade dos processos, posse da terra e dificuldades encontradas pelas lideranças locais. O capítulo cinco descreve os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Em seguida, o capítulo seis apresenta os resultados da entrevista, articulados com os referenciais teóricos, evidenciando os sentidos da luta pela terra no acampamento Maria Bonita. Por fim, o capítulo retoma os principais achados da pesquisa, refletindo sobre os avanços, desafios e perspectivas futuras do movimento camponês estudado.

2. A REFORMA AGRÁRIA E SEUS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

Este Capítulo aborda o tema da reforma agrária, explorando seus fundamentos históricos, conceituais e legais. Inicialmente, será discutido o conceito de reforma agrária e a necessidade de sua implementação como forma de promover justiça social e distribuição de terras no Brasil. Para contextualizar a relevância desse tema, serão apresentados exemplos de reformas agrárias realizadas em outros países, como Estados Unidos, Chile e México, destacando os impactos sociais e econômicos observados em cada um desses contextos.

Em seguida, a discussão se volta para o direito à terra na legislação brasileira, com ênfase na Constituição Federal e na Lei de Terras, analisando como esses dispositivos legais moldam a estrutura fundiária do país. Será abordado, ainda, o papel da reforma agrária como motor de capitalização econômica, proporcionando acesso à terra para agricultores familiares e contribuindo para o desenvolvimento rural. Para complementar essa discussão, será apresentada uma análise dos Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA I e II), destacando suas diretrizes e desafios na implementação.

Por fim, o capítulo examina o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com foco na atuação dessa instituição no estado do Ceará, bem como as diferenças fundamentais entre acampamentos e assentamentos rurais, elucidando as etapas do processo de reforma agrária no Brasil. Dessa forma, este capítulo oferece uma base teórica sólida para a compreensão dos desafios e das potencialidades da reforma agrária no cenário nacional e regional.

2.1 O conceito e a necessidade da reforma agrária

A reforma agrária é definida como um conjunto de medidas que visam promover uma distribuição mais equitativa da terra, alterando o regime de posse e uso para atender aos princípios de justiça social e aumentar a produtividade agrícola (Lobato Neto, 2020).

No Brasil, a concentração fundiária é uma questão histórica que remonta ao período colonial, resultando em vastos latifúndios nas mãos de poucos proprietários e uma massa significativa de trabalhadores rurais sem acesso à terra. Essa estrutura agrária desigual perpetua a pobreza e a exclusão social no campo, tornando a reforma agrária uma necessidade premente para corrigir essas distorções e promover o desenvolvimento rural sustentável (Cabral, 2021). De acordo com Coca (2014):

Dentre os vários setores da sociedade que passam a debater o tema, destaca-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que entre as décadas de 1950 e 1960 reunia em seus quadros intelectuais militantes que se dedicaram à análise dos problemas agrários do país. A produção destes intelectuais militantes traz discordâncias teóricas e políticas sobre o papel da reforma agrária para o desenvolvimento brasileiro. Um dos principais temas de divergência estava na ocorrência ou não do feudalismo no Brasil colonial. Enquanto alguns defendiam a tese de que no período colonial brasileiro vigoraram relações de produção feudais, outros defendiam que, desde quando ocorreu a dominação portuguesa sob o território nacional, já eram efetivadas relações capitalistas (Coca, 2014, p.80).

A fala de Coca (2014) evidencia a intensidade dos debates teóricos e políticos travados dentro do PCB durante as décadas de 1950 e 1960, refletindo a complexidade de interpretar o passado agrário brasileiro e suas implicações para o desenvolvimento do país. Essa divergência – entre aqueles que defendiam a prevalência de relações feudais no período colonial e os que argumentavam que a dominação portuguesa já havia instaurado relações capitalistas – revela não apenas as diferentes leituras historiográficas, mas também as disputas ideológicas que marcaram a época. Tais discussões foram fundamentais para moldar as estratégias de reforma agrária propostas pelo partido, pois permitiam que seus militantes repensassem as bases econômicas e sociais do Brasil, buscando compreender como as estruturas herdadas do período colonial poderiam influenciar os rumos do desenvolvimento nacional.

De acordo com Brandão (2008 *apud* Cattelan; Moraes & Rossoni, 2020, p.140):

Logo no início do governo militar, ainda no ano de 1964, foi instituído o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que direcionou a política agrária brasileira para o campo da colonização. Isso quer dizer que não se pode confundir, a partir desse instrumento governamental, a reforma agrária e o processo de colonização, visto que a colonização é feita, em regra, em terras públicas e a reforma agrária tem por premissa a função social da terra, relativa a propriedade privada, devendo implicar em redistribuição e não na distribuição, como foi promovido no período.

A citação de Brandão (2008, *apud* Cattelan; Moraes & Rossoni, 2020) destaca a distinção fundamental entre reforma agrária e colonização na política agrária brasileira, especialmente após a promulgação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) durante o governo militar. O texto esclarece que a colonização se refere, predominantemente, à ocupação de terras públicas, enquanto a reforma agrária tem como princípio a função social da terra, o que implica na redistribuição de propriedades privadas improdutivas para a promoção da justiça social e do desenvolvimento rural. Ao observar essa diferença, os autores ressaltam que o governo militar optou por um modelo de distribuição de terras públicas em vez de implementar uma reforma agrária que confrontasse estruturas fundiárias privadas, evitando conflitos com grandes propriedades rurais. Essa escolha revelou uma estratégia política que, embora promovesse a ocupação do território e o desenvolvimento agrícola, não alterou significativamente a concentração fundiária existente, mantendo intactas as desigualdades no campo brasileiro.

A implementação da reforma agrária enfrenta desafios significativos, incluindo resistência de grandes proprietários de terras e interesses políticos que buscam manter o status quo. Além disso, a falta de clareza na definição de propriedades improdutivas e a burocracia envolvida nos processos de desapropriação dificultam a efetivação das políticas de redistribuição de terras (Leão; Siqueira, 2022).

Para que a reforma agrária seja eficaz, é fundamental que seja acompanhada de políticas públicas integradas, como acesso ao crédito agrícola, assistência técnica, infraestrutura adequada e serviços básicos nas áreas rurais. Essas medidas são essenciais para garantir que os beneficiários da reforma possam produzir de maneira sustentável, melhorar sua qualidade de vida e contribuir para a segurança alimentar do país (Miralha, 2012).

Portanto, a reforma agrária no Brasil não deve ser vista apenas como uma questão de redistribuição de terras, mas como uma estratégia abrangente de desenvolvimento que integra aspectos sociais, econômicos e ambientais.

2.2 Experiências internacionais: E.U.A., Chile e México

As experiências de reforma agrária nos Estados Unidos, Chile e México oferecem lições valiosas sobre os desafios e impactos da redistribuição de terras em diferentes contextos

históricos e políticos.

Nos Estados Unidos, a reforma agrária esteve intimamente ligada à expansão territorial e à política de *homesteading*¹ no século XIX. Através do *Homestead Act* de 1862, o governo federal ofereceu parcelas de terra a cidadãos dispostos a cultivá-las, promovendo a colonização do oeste e a expansão agrícola. De acordo com o MST (2023):

A medida era simples. O Estado passou a dar terras, de graça, para quem chegasse e a ocupasse. Toda família tinha direito a até 160 acres de terra, aproximadamente 65 hectares. Pequenas propriedades que seriam destinadas à agricultura familiar, prevenindo assim o uso de mão de obra escravizada. Para ter a propriedade reconhecida, as famílias tinham que produzir, construir uma casa e morar na terra por pelo menos 5 anos. Os custos legais, para os assentados, eram mínimos: aproximadamente US\$30, o que corresponde a US\$900 em valores atuais. A distribuição de terras beneficiou principalmente famílias pobres, criando uma nova classe média rural que impulsionou toda a economia do país (MST, 2023, s/p).

Essa política visava não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a disseminação de pequenos proprietários como base para a democracia americana. No entanto, essa expansão frequentemente resultou na desapropriação e deslocamento forçado de populações indígenas, evidenciando as contradições e injustiças inerentes ao processo (Ribeiro, 2015). Ainda de acordo com o MST (2023):

[...] os indígenas não foram os únicos que ficaram de fora. Quando pensamos nos filmes de Hollywood, que contam a história da marcha para o oeste, sempre vem à cabeça carroças repletas de famílias brancas. Isso acontece porque este era, de fato, o caso. A imensa maioria dos “Homesteaders”, como os assentados são chamados, era formada por imigrantes brancos da costa leste do país ou de países como Alemanha, Suécia e Noruega, que vieram para os EUA com a promessa de terra. De acordo com um estudo da Universidade de Nebraska, menos de 0,5% das terras destinadas à reforma agrária foram parar nas mãos de famílias negras. A lei não proibia que negros tivessem acesso às terras, mas a realidade criava um impeditivo. Além do custo, relativamente baixo, das taxas legais, os assentados precisavam, antes de mais nada, atravessar o país, o que demandava um dinheiro que as pessoas, até pouco escravizadas, não tinham (MST, 2023, s/p).

A análise do MST (2023) revela a exclusão histórica de indígenas e negros no processo de distribuição de terras nos Estados Unidos, destacando como a política de *homesteading* beneficiou majoritariamente imigrantes brancos da costa leste e da Europa, especialmente da

¹ Homesteading é um estilo de vida que promove a autossuficiência e a sustentabilidade, com foco na produção caseira de alimentos, energia e outros recursos necessários para o dia a dia. Originado nos Estados Unidos com a Lei de Homestead de 1862, que incentivou a colonização de terras no Oeste, o termo evoluiu para um movimento contemporâneo que valoriza práticas como jardinagem orgânica, criação de animais, produção artesanal de alimentos e energia renovável. O objetivo é reduzir a dependência de sistemas industriais, adotando um modo de vida mais simples, ecológico e conectado à natureza.

Alemanha, Suécia e Noruega. Embora a lei não proibisse explicitamente o acesso de negros às terras, a realidade econômica e social da época atuava como uma barreira quase intransponível. As famílias negras, muitas delas recém-libertas da escravidão, não possuíam os recursos financeiros necessários para cobrir os custos legais, ainda que baixos, nem para realizar a travessia até o oeste.

Esse contexto histórico expõe as desigualdades estruturais que limitaram as oportunidades de acesso à terra para grupos marginalizados, perpetuando uma distribuição desigual de recursos que ainda repercute na sociedade contemporânea. Ao destacar que menos de 0,5% das terras foram concedidas a famílias negras, o estudo da Universidade de Nebraska reforça a ideia de que o *homesteading*, embora promova a ideia de oportunidade e prosperidade, na prática, contribuiu para a consolidação de disparidades raciais e sociais nos Estados Unidos.

No Chile, a reforma agrária ganhou destaque entre 1967 e 1973, período marcado por intensas disputas políticas. O governo de Eduardo Frei iniciou o processo com a intenção de modernizar a agricultura e reduzir as desigualdades rurais. Posteriormente, sob a liderança de Salvador Allende, a reforma foi aprofundada, intensificando a redistribuição de terras e promovendo a participação popular. No entanto, essas iniciativas enfrentaram forte resistência dos proprietários de terras e culminaram no golpe militar de 1973, que interrompeu abruptamente o processo e reverteu muitas das conquistas alcançadas (Vasconcelos, 2020).

No México, a Revolução Mexicana de 1910 foi um marco significativo para a reforma agrária no país. O movimento revolucionário, impulsionado por demandas de justiça social e redistribuição de terras, resultou na promulgação da Constituição de 1917, que incorporou princípios de reforma agrária. Nas décadas seguintes, especialmente durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), houve uma intensificação na distribuição de terras através da criação dos ejidos, sistemas de propriedade coletiva que buscavam empoderar as comunidades rurais e promover a justiça social (Chehab, 2019).

Essas experiências internacionais demonstram que a reforma agrária é um processo complexo e multifacetado, influenciado por contextos políticos, sociais e econômicos específicos. Enquanto nos Estados Unidos a política de *homesteading* promoveu a expansão agrícola às custas das populações indígenas, no Chile e no México as reformas agrárias foram impulsionadas por movimentos populares e enfrentaram resistências significativas, refletindo as tensões inerentes à redistribuição de terras e à transformação das estruturas agrárias.

2.3 O direito à terra na legislação brasileira

O direito à terra no Brasil possui raízes históricas profundas, refletindo uma trajetória marcada por desigualdades e lutas sociais. A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo ao reconhecer os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, conforme destacado por Oliveira (2024). Esse reconhecimento constitucional visa assegurar a preservação das culturas e modos de vida indígenas, garantindo-lhes a posse permanente de suas terras. Catellan, Moraes e Rossoni (2020) acrescentam que:

A partir de 1988, esperava-se que a reforma agrária efetivamente acontecesse, da maneira como nunca havia ocorrido, desapropriando os grandes latifúndios que não cumprissem com a sua função social e colocando neles famílias que necessitassem da terra para viver e produzir. O projeto de reforma agrária gestado durante a década de 1980, objetivava construir uma política integrada com outros setores, não somente inserindo as famílias nas terras, mas dando condições de produção e oferecendo serviços públicos básicos. Os primeiros anos da década de 1990 mostraram que o projeto de reforma agrária não aconteceria dessa maneira e que as lutas experimentadas na década de 1980 necessitariam de continuidade, pressionando o governo nas desapropriações (Catellan; Moraes; Rossoni, 2020, p.141).

A análise de Cattelan, Moraes e Rossoni (2020) evidencia o cenário de expectativa e frustração em relação à reforma agrária no Brasil após a Constituição de 1988. O texto ressalta que, com a nova Carta Magna, esperava-se uma mudança significativa na estrutura fundiária do país, baseada na desapropriação de latifúndios que não cumprissem sua função social, o que permitiria a redistribuição de terras para famílias necessitadas, não apenas para garantir moradia, mas também condições adequadas de produção e acesso a serviços públicos essenciais. No entanto, o início da década de 1990 mostrou que essa expectativa não se concretizou.

A promessa de uma política integrada, que visava não só a distribuição de terras, mas também o desenvolvimento rural sustentável, não foi cumprida como planejado. Isso resultou na necessidade de continuidade das lutas sociais, que já haviam se intensificado na década de 1980, exigindo que os movimentos sociais pressionassem o governo para efetivar as desapropriações previstas na Constituição. Esse contexto revela a complexidade política e econômica que envolveu a reforma agrária no Brasil, marcada por resistências de setores conservadores e pela insuficiência de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento rural.

No começo da década de 1990, houve um aumento significativo no número de ocupações

de terras no Brasil. Esse crescimento se intensificou após 1996, quando ficou evidente que as desapropriações previstas na Constituição Federal de 1988 não seriam implementadas conforme esperado, exigindo uma maior pressão popular para que a reforma agrária fosse efetivada (Catellan, Moraes; Rossoni, 2020).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, as mobilizações sociais aumentaram, impulsionadas por episódios de violência no campo, como os massacres de Corumbiara, em Rondônia, que resultou na morte de 12 pessoas, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 21 pessoas perderam a vida em conflitos agrários. O número de ocupações continuou a crescer até 1999, quando foram registradas 856 ocorrências em todo o país. Nesse período, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já estava presente em praticamente todos os estados brasileiros e buscava, junto às inúmeras famílias acampadas, garantir o cumprimento do princípio de função social da terra, conforme estabelecido pela Constituição (Catellan, Moraes; Rossoni, 2020).

A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários perpetua desigualdades sociais e econômicas, dificultando a implementação de uma reforma agrária efetiva que promova a justiça social e o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro (Siva & Malerba, 2021).

A legislação brasileira prevê mecanismos para a proteção dos direitos territoriais desses grupos. No entanto, a aplicação prática dessas leis muitas vezes esbarra em interesses econômicos e políticos que retardam ou impedem a concretização dos direitos assegurados constitucionalmente. Como observado por Araújo Silva (2018), a luta pelo direito à terra no Brasil é contínua e requer a mobilização da sociedade civil e o compromisso efetivo do Estado para superar os obstáculos históricos e estruturais que impedem a democratização do acesso à terra.

2.4 Acampamento e assentamento: diferenças e significados

No contexto da luta pela reforma agrária no Brasil, os termos "acampamento" e "assentamento" possuem significados distintos, representando diferentes etapas e experiências no processo de conquista da terra.

Um acampamento é estabelecido quando famílias sem-terra ocupam uma área improdutiva ou que não cumpre sua função social, com o objetivo de reivindicar a sua desapropriação para fins de reforma agrária. Durante o período de acampamento, as famílias vivem em condições provisórias, enfrentando desafios como a falta de infraestrutura básica, incluindo alimentação e acesso à água potável. Apesar das adversidades, esse momento é marcado por uma intensa organização coletiva e solidariedade entre os participantes, criando uma identidade comum e fortalecendo os laços comunitários. Figueiredo e Pinto (2014) destacam que a participação no acampamento representa uma experiência transformadora, onde os indivíduos desenvolvem uma consciência crítica e coletiva acerca de sua realidade social.

Por outro lado, o assentamento refere-se à fase posterior, quando as famílias conquistam o direito legal à terra e iniciam a construção de uma comunidade permanente. Conforme a concepção de Leite (1997) *Apud* Figueiredo e Pinto (2012) acontece uma romantização do assentamento, criada pela imagem que o próprio grupo procura passar de si mesmo de um comunitarismo interno perfeito, que nega existir as tensões inerentes a todos os processos sociais como que após a posse definitiva os processos e problemas do grupo desaparecesse.

De acordo com Catellan, Moraes e Rossoni (2020) durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), houve um enfoque na criação de assentamentos rurais, tornando esse período um dos mais relevantes na história recente da reforma agrária no Brasil em termos de número de famílias de assentadas.

O governo FHC ocupou a segunda posição em quantidade de famílias assentadas, sendo superado apenas pelo primeiro mandato de Lula (2003-2006). Nesse estágio, os assentados buscam implementar práticas agrícolas sustentáveis, desenvolver infraestrutura local e garantir acesso a serviços essenciais como educação e saúde. De acordo com Catellan, Moraes e Rossoni (2020)

O governo de Lula era uma promessa para a reforma agrária, isso pode ter motivado as ocupações. Os anos posteriores, até 2016, mantiveram-se abaixo da média. O governo Dilma (2011-2016) foi um período de descrédito para a reforma agrária, o MST perdeu forças e as ocupações podem ter se reduzido devido à falta de perspectiva quanto às desapropriações (Catellan, Moraes; Rossoni, 2020, p.143).

A análise de Cattelan, Moraes e Rossoni (2020) destaca a expectativa gerada em torno do governo Lula em relação à reforma agrária, o que pode ter impulsionado um aumento nas ocupações de terras, já que o movimento social via no novo governo uma chance real de avanços

na redistribuição fundiária. No entanto, o cenário mudou nos anos seguintes, especialmente durante o governo Dilma (2011-2016), quando houve um enfraquecimento da reforma agrária e do MST. Esse período foi marcado por um descrédito generalizado, refletido na diminuição das ocupações de terra, pois a falta de avanços significativos nas desapropriações desmotivou a mobilização social. O governo Dilma enfrentou um contexto político e econômico adverso, o que impactou diretamente as políticas agrárias e a capacidade do MST de manter sua força e pressão política. Assim, a análise evidencia como o contexto político influencia diretamente as dinâmicas sociais no campo, especialmente na luta pela reforma agrária no Brasil.

Em conclusão, a distinção entre acampamento e assentamento é, portanto, fundamental para compreender as dinâmicas internas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os diferentes desafios enfrentados em cada etapa da luta pela terra. Enquanto o acampamento simboliza a resistência e a mobilização coletiva em prol da conquista territorial, o assentamento representa a fase de consolidação e desenvolvimento de uma nova realidade socioeconômica, baseada nos princípios de justiça social e sustentabilidade (Misnerovicz, 2017).

2.5 Estrutura e funcionamento do INCRA no Ceará

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desempenha um papel fundamental na implementação da política de reforma agrária e no ordenamento fundiário no Brasil. No estado do Ceará, a Superintendência Regional do Incra (SR-02) está sediada em Fortaleza, na Avenida Américo Barreira, 4700, Bairro Bela Vista. Esta unidade é responsável por coordenar e executar as ações do Incra em todo o território cearense, visando promover a democratização do acesso à terra e o desenvolvimento rural sustentável (Brasil, 2024).

A estrutura organizacional da Superintendência Regional do Incra no Ceará é composta por diversas divisões e setores, cada um com atribuições específicas. Entre as principais divisões destacam-se:

Quadro 1 – Divisões da superintendência regional do INCRA no Ceará

DIVISÃO/SETOR	FUNÇÃO
---------------	--------

Divisão de Desenvolvimento e Consolidação	Coordena as atividades relacionadas à implantação e ao desenvolvimento de projetos de assentamento, promovendo infraestrutura básica e oferecendo serviços essenciais às comunidades assentadas.
Divisão de Governança Fundiária	Gerencia o cadastro rural, a regularização fundiária e a certificação de imóveis rurais, assegurando conformidade com a legislação vigente e contribuindo para a organização da estrutura fundiária no estado.
Divisão Operacional	Foca na gestão administrativa e financeira da superintendência, garantindo o suporte necessário para a execução eficiente das atividades-fim do órgão.

Fonte: Gov.br / Ministério do Desenvolvimento Agrário (2024)

Além dessas divisões, a Superintendência conta com setores especializados, como a Procuradoria Regional Especializada, que oferece suporte jurídico às ações do Incra no Ceará, e a Comunicação Social, responsável pela divulgação das atividades e pelo relacionamento com a imprensa e a sociedade (Brasil, 2024).

Para ampliar o alcance de seus serviços, o Incra/CE estabeleceu parcerias com estados e municípios, viabilizando a oferta de serviços por meio de Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs). Atualmente, 117 UMCs estão em funcionamento no estado, facilitando o acesso dos proprietários rurais aos serviços de cadastro e regularização fundiária (Brasil, 2024).

A atuação do Incra no Ceará também envolve a colaboração com outras instituições governamentais. Um exemplo recente é o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Incra/CE e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Igualdade Racial (Seir), visando à regularização de territórios quilombolas no estado. Essa parceria busca agilizar os processos de titulação e assegurar os direitos das comunidades remanescentes de quilombos (Brasil, 2024).

Em suma, a Superintendência Regional do Incra no Ceará desempenha um papel estratégico na implementação das políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário, estruturada em divisões e setores especializados que trabalham de forma integrada para promover o desenvolvimento rural e a justiça social no estado.

3. MST E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Este capítulo explora o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no contexto dos movimentos sociais brasileiros, destacando sua importância na luta pela reforma agrária e pela justiça social. O capítulo começa definindo o conceito de movimento social e contextualizando o surgimento do MST como um dos principais movimentos sociais do Brasil, responsável por organizar trabalhadores rurais na luta pelo acesso à terra e por direitos sociais.

Além de apresentar um panorama histórico da atuação do MST no Brasil, o capítulo analisa sua estrutura organizacional, estratégias de mobilização e a importância da liderança na condução de ações coletivas. Será dada ênfase à organização interna do movimento, destacando a articulação política e a resistência cultural que caracterizam o MST como um movimento de abrangência nacional.

Outro ponto de discussão é a espacialidade e a territorialidade no contexto do MST, abordando como a ocupação da terra vai além de uma questão econômica, representando um espaço de identidade, resistência e pertencimento para os trabalhadores rurais. Será analisada a construção de territórios de luta e de vida digna, evidenciando a relevância da terra como espaço de poder e de transformação social.

Em síntese, o capítulo investiga a atuação do MST no estado do Ceará, destacando a importância da liderança local e a dinâmica regional do movimento. Com isso, busca-se compreender como o MST adapta suas estratégias e ações às particularidades socioeconômicas e políticas dessa região. Dessa forma, este capítulo contextualiza o MST como um agente de transformação social e um importante protagonista na luta pela reforma agrária no Brasil.

3.1 O MST e sua inserção no contexto dos movimentos sociais

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destaca-se como um dos principais movimentos sociais no Brasil, articulando trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária e por transformações sociais significativas.

Fundado na década de 1980, o MST emergiu em resposta à concentração fundiária e às desigualdades no campo brasileiro, buscando promover uma distribuição mais equitativa da terra

e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais (Laurentino, 2022). De acordo com Pereira e Reis (2018):

[...] os objetivos do MST traduzem sua trajetória, e além da identidade com os que lutam pela terra, o Movimento teve a capacidade de ampliar tal identidade para uma identidade de classes, identificando-se e atuando no âmbito da luta de classes, superando o viés de movimento camponês e mantendo-se como movimento de trabalhadores (Pereira & Reis, 2018, p.1253).

A análise de Pereira e Reis (2018) evidencia a evolução estratégica do MST ao longo de sua trajetória, destacando como o movimento foi além da simples luta pela terra para se consolidar como um agente ativo na luta de classes no Brasil. Inicialmente identificado como um movimento camponês, o MST conseguiu expandir sua identidade para uma perspectiva mais ampla de classe trabalhadora, fortalecendo sua atuação no campo político e social. Ao fazer essa transição, o MST não apenas manteve sua relevância no contexto agrário, mas também se posicionou como um movimento de trabalhadores, alinhando suas demandas às lutas por justiça social e equidade econômica. Essa ampliação de identidade permitiu ao MST construir alianças estratégicas com outros setores da sociedade, ampliando seu impacto e consolidando sua posição como um dos principais movimentos sociais no Brasil.

No contexto dos movimentos sociais, o MST atua como um importante agente político, mobilizando-se para transformar as estruturas agrárias e sociais vigentes. Sua atuação vai além da ocupação de terras; o movimento também se dedica à produção de alimentos saudáveis, educação, cultura e outras iniciativas que visam ao desenvolvimento sustentável e à justiça social no meio rural (Leite; Dimenstein, 2010).

A relevância do MST no cenário dos movimentos sociais brasileiros é evidenciada por sua capacidade de organização e mobilização em larga escala. O movimento está presente em diversos estados do país, com milhares de famílias assentadas, demonstrando sua abrangência e impacto na sociedade brasileira (Laurentino, 2022).

Além disso, o MST tem se destacado por suas ações de solidariedade e pela promoção da agroecologia. Durante a pandemia de COVID-19, o movimento intensificou suas iniciativas de doação de alimentos e apoio às comunidades vulneráveis, reforçando seu compromisso com a justiça social e a transformação das estruturas agrárias no Brasil (Santos *et al.*, 2021).

3.2 O MST e sua organização interna

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) possui uma estrutura organizacional que reflete seus princípios de coletividade e participação democrática. Conforme analisado por Miranda e Cunha (2013), a organização do MST é composta por diferentes níveis hierárquicos que facilitam a coordenação e a tomada de decisões coletivas. Na base, encontram-se os núcleos de base, formados por grupos de famílias que discutem e deliberam sobre questões cotidianas e elegem representantes para instâncias superiores. Esses núcleos se agrupam em brigadas, que por sua vez se organizam em direções regionais, estaduais e culminam na direção nacional do movimento. Essa estrutura escalonada permite que as decisões sejam tomadas de forma coletiva, respeitando as especificidades regionais e fortalecendo a unidade do movimento em âmbito nacional.

Além dessa estrutura principal, o MST organiza-se em diversos setores e coletivos que abordam áreas específicas de atuação, como saúde, educação, cultura, comunicação, direitos humanos, gênero, produção, cooperação e meio ambiente. Esses setores desenvolvem iniciativas que buscam alternativas às políticas governamentais tradicionais, sempre com uma perspectiva camponesa e alinhada aos objetivos do movimento. Por exemplo, o setor de educação é responsável pela implementação de escolas e programas educativos nos assentamentos, promovendo uma pedagogia que valoriza a realidade do campo e a formação crítica dos sujeitos (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024).

A direção colegiada é um princípio fundamental na organização interna do MST, evitando o personalismo e garantindo que as responsabilidades sejam compartilhadas entre os membros. Embora figuras como João Pedro Stédile sejam reconhecidas publicamente, o movimento enfatiza a ausência de uma liderança centralizada, promovendo a participação coletiva e a rotatividade nos cargos de coordenação. Essa abordagem fortalece a democracia interna e assegura que as decisões reflitam a vontade coletiva dos integrantes (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024).

O quadro abaixo sintetiza de forma clara a organização interna do MST:

Quadro 2 – Organização interna do MST

NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS FUNÇÕES
Base comunitária	Compreende os acampamentos e assentamentos, onde as famílias sem terra vivem e organizam suas atividades cotidianas.	Mobilização local, educação política, produção agrícola e organização comunitária.
Núcleos de base	Grupos formados por 10 a 15 famílias em acampamentos e assentamentos. São uma estrutura primária de organização.	Debates sobre políticas internas, organização de tarefas comunitárias e articulação de demandas locais.
Coordenação setorial	Organiza ações de setores específicos como Educação, Saúde, Gênero, Comunicação, Cultura, Juventude e Produção.	Planejamento e execução de ações setoriais, garantindo a integração das demandas específicas na luta geral do movimento.
Coordenação regional	Organiza os assentamentos e acampamentos de uma determinada região ou estado.	Articulação política regional, mobilização de recursos e integração de ações locais em estratégias regionais.
Direção estadual	Coordena as ações do MST no âmbito estadual, representando os interesses regionais nas instâncias nacionais.	Definição de estratégias estaduais, formação política e representação política presidentes governos estaduais.
Direção nacional	Instância máxima de coordenação do MST. Responsável pela estratégia política e pelas diretrizes nacionais do movimento.	definição das diretrizes nacionais, articulação com movimentos sociais e organizações internacionais, e representação política nacional.

Conferências e congressos	Espaços de discussão e deliberação de estratégias e políticas de movimento. Realizados periodicamente.	Avaliação de políticas conjunturais, de definição de diretrizes estratégicas e eleição de lideranças.
----------------------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria (2025)

Em resumo, a organização interna do MST é caracterizada por uma estrutura horizontal e participativa, que valoriza a coletividade e a representatividade em todos os níveis. Essa configuração permite ao movimento manter sua coesão, adaptabilidade e eficácia na luta pela reforma agrária e por transformações sociais no Brasil.

3.3 Espacialidade e territorialidade no MST

A espacialidade e a territorialidade no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são dimensões centrais para compreender sua atuação e impacto no espaço agrário brasileiro. Esses conceitos refletem a maneira como o movimento se apropria, organiza e transforma os territórios ocupados, estabelecendo novas relações socioespaciais e redefinindo o uso e a posse da terra.

A territorialização do MST pode ser entendida como o processo pelo qual o movimento conquista e organiza espaços, transformando-os em territórios produtivos e socialmente justos. Folmer e Meurer (2019) analisam esse processo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista, no Rio Grande do Sul, destacando o papel da educação do campo na consolidação desses territórios. Segundo os autores, a educação atua como elemento fundamental na formação de sujeitos críticos e na promoção de práticas que fortalecem a identidade coletiva e a sustentabilidade dos assentamentos. A respeito da Escola do Campo na Fazenda Annoni, Folmer e Meurer (2019) afirmam que:

Os assentados entendem a Escola Do Campo como ferramenta de luta e articulação da educação com movimento social. Assim, poderá transformar a vida das crianças e jovens que desde cedo participam do movimento. Também compreendem a mesma como necessária à vida dos educandos por possibilitar um ensino voltado às condições de suas próprias vivências (Folmer & Meurer, 2019, p.29).

A análise de Silveira, complementada por Folmer e Meurer (2019), evidencia a complexa

e eficaz organização interna do MST, destacando sua flexibilidade estrutural e capacidade de adaptação às demandas sociais. Ao desenvolver uma forma organizativa própria, o movimento demonstra habilidade não apenas em articular os excluídos, mas também em mobilizá-los de maneira integrada, recusando-se a aceitar a exclusão social como algo natural ou inevitável. Esse potencial de articulação confere ao MST um papel ativo na luta por direitos e transformações sociais, envolvendo diversos setores da sociedade em suas reivindicações.

Além disso, o movimento utiliza a educação como ferramenta estratégica de luta e articulação social. Nesse contexto, a Escola do Campo surge como um espaço essencial para promover um ensino que valorize as vivências e condições específicas dos assentados. Ao integrar a educação à luta social, o MST não apenas fortalece sua base política, mas também possibilita que crianças e jovens cresçam conscientes de sua identidade e papel social, preparando-os para a continuidade da luta pela terra e justiça social. Essa estratégia educacional reforça o caráter transformador do movimento, evidenciando como a educação pode ser um instrumento de emancipação e cidadania.

No contexto do sudeste paraense, Miranda (2021) discute a territorialização camponesa a partir dos assentamentos organizados pelo MST. O autor ressalta que, em uma região marcada pela hegemonia do agronegócio e da mineração, os assentamentos do MST representam espaços de resistência e de construção de alternativas ao modelo dominante. Esses territórios são fruto de lutas intensas e refletem a capacidade do movimento de reorganizar o espaço agrário em favor dos trabalhadores rurais.

A espacialização do MST, por sua vez, refere-se à expansão geográfica do movimento e à disseminação de suas práticas e ideologias em diferentes regiões. Andrade *et al.* (2021) destacam que, desde sua origem, o MST tem ampliado sua presença em diversas áreas do país, adaptando-se às especificidades locais e estabelecendo uma rede de solidariedade que fortalece sua atuação nacional. Essa expansão é acompanhada pela criação de novas territorialidades, onde as comunidades assentadas desenvolvem práticas produtivas e sociais alinhadas aos princípios do movimento.

As relações de poder e as dinâmicas socioespaciais nos assentamentos também são aspectos relevantes na análise da territorialidade do MST. Moreira (2019) investiga essas relações em assentamentos no município de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, evidenciando como as interações entre os assentados, as estruturas produtivas e as políticas públicas moldam a

organização interna e a sustentabilidade desses territórios. Os autores apontam que a diversidade de realidades nos assentamentos reflete a complexidade dos processos de territorialização e a necessidade de estratégias adaptativas por parte do movimento.

Em síntese, FRANÇA (2023) afirma que ao compreendermos que o espaço é socialmente produzido através de relações sociais de produção, entendemos que existe uma produção mundializada do espaço. A espacialidade e a territorialidade no MST são processos interdependentes que envolvem a conquista, a organização e a transformação de espaços em territórios que promovem a justiça social e a sustentabilidade. Através da educação, da resistência ao modelo hegemônico e da adaptação às especificidades regionais, o MST constrói novas territorialidades que refletem seus princípios e objetivos na luta pela reforma agrária no Brasil.

3.4 O MST no Ceará: liderança e dinâmica regional

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem desempenhado um papel significativo no estado do Ceará, caracterizado por uma liderança ativa e uma dinâmica regional adaptada às especificidades locais. A organização do MST no Ceará reflete uma estrutura que busca integrar as comunidades rurais em prol da reforma agrária e da justiça social.

Imagem 1 – MST no Ceará



Fonte: MST Ceará/Aline Oliveira (2022)

A liderança do MST no Ceará foi fortalecida pela chegada de figuras de destaque do movimento nacional. Fátima Ribeiro, vinda do Espírito Santo, chegou ao estado em 1989 para auxiliar na articulação e construção do MST junto aos trabalhadores rurais cearenses. Sua presença marcou o início de uma coordenação mais estruturada e a intensificação das ações do movimento na região (Mello, 2011).

A dinâmica regional do MST no Ceará envolve estratégias de mobilização e organização que consideram as particularidades socioeconômicas e culturais do estado. O movimento promove ocupações de terras improdutivas, estabelecendo assentamentos que se tornam núcleos de desenvolvimento agrícola e social. Esses assentamentos não apenas fornecem sustento às famílias envolvidas, mas também funcionam como centros de formação política e educação, alinhados aos princípios do MST de promover a consciência crítica e a autonomia dos trabalhadores rurais (Mello, 2011).

Além disso, o MST no Ceará tem se engajado em parcerias com organizações não governamentais e instituições públicas para fortalecer suas iniciativas. A colaboração com entidades como a ONG "Obras Sociais Fé e Alegria" e a Secretaria de Educação do município de Ocara exemplifica esforços conjuntos para implementar projetos de desenvolvimento sustentável e programas educacionais voltados para as comunidades assentadas (Mello, 2011). De acordo com o MST (2022):

o MST no Ceará tem muito a celebrar, ao longo dos anos conseguiu se expandir em mais de 60 municípios em todas as regiões do estado, com mais de 200 assentamentos federais e estaduais. Conquistou escolas de ensino médio no e do campo, cooperativas, agroindústrias, rádios comunitárias, e a formação acadêmica de filhos e filhas de assentados e assentadas através do Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), dentre muitas outras conquistas (MST, 2022, s/p).

A atuação do MST no Ceará também se destaca pela promoção de práticas agroecológicas e pela valorização da agricultura familiar. Essas iniciativas buscam não apenas a produção de alimentos saudáveis, mas também a preservação ambiental e a geração de renda para as famílias assentadas, contribuindo para o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida no campo (Mello, 2011).

Em síntese, o MST no Ceará demonstra uma liderança comprometida e uma dinâmica regional que integra mobilização social, formação política e desenvolvimento sustentável, reforçando seu papel como agente transformador no contexto rural cearense.

4. DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE ASSENTAMENTO

Este capítulo aborda os desafios e as complexidades envolvidas no processo de desapropriação de terras e na criação de assentamentos rurais no Brasil. Inicialmente, será analisada a morosidade desse processo, destacando os fatores que contribuem para a demora na desapropriação de terras e seus impactos sociais e econômicos nas famílias assentadas. Essa discussão é fundamental para entender as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais e pelas políticas públicas na implementação da reforma agrária.

Outro ponto importante deste capítulo é a análise da posse da terra em assentamentos rurais, abordando as questões legais e sociais relacionadas à propriedade da terra. Será discutido se é possível vender terras em assentamentos e quais são as implicações dessa prática para a manutenção do caráter social da reforma agrária. Esse tema é relevante para compreender as dinâmicas de uso e ocupação da terra nos assentamentos rurais brasileiros.

O capítulo explora também a liderança do MST no Ceará, investigando como o movimento exerce sua influência na organização e gestão dos assentamentos, promovendo o desenvolvimento social e econômico das comunidades assentadas. Será destacado o papel do Instituto de Terras do Ceará (ITEC) no apoio técnico e jurídico aos assentados, evidenciando a importância da parceria entre instituições governamentais e movimentos sociais na consolidação da reforma agrária.

Ao abordar esses tópicos, o capítulo oferece uma visão abrangente dos desafios enfrentados na efetivação da reforma agrária no Brasil, com ênfase na realidade do estado do Ceará. Dessa forma, contribui para o entendimento das complexidades jurídicas, sociais e políticas que permeiam o processo de desapropriação de terras e a criação de assentamentos rurais.

4.1 A morosidade do processo de desapropriação de terras

A morosidade nos processos de desapropriação de terras no Brasil tem sido objeto de análise por diversos estudiosos, que apontam fatores jurídicos e administrativos como principais entraves à celeridade desses procedimentos.

De acordo com Ungaretti (2024), a complexidade dos procedimentos legais e a burocracia envolvida contribuem significativamente para a lentidão nos processos de desapropriação. A autora destaca que a necessidade de cumprir uma série de etapas formais, desde a declaração de utilidade pública até a efetiva transferência da posse, prolonga o tempo necessário para a conclusão desses processos.

Neto (2023) enfatiza que a morosidade do Poder Judiciário brasileiro é um fator determinante na lentidão dos processos de desapropriação. O autor argumenta que a sobrecarga de demandas judiciais e a falta de estrutura adequada resultam em atrasos significativos na tramitação desses casos, comprometendo a efetividade das políticas públicas relacionadas à reforma agrária.

Gomes (2009) aponta que a ausência de mecanismos eficientes para a avaliação e indenização justas das propriedades a serem desapropriadas contribui para a demora nos processos. A falta de critérios claros e a divergência de valores entre as partes envolvidas frequentemente resultam em disputas judiciais prolongadas, retardando a conclusão dos procedimentos expropriatórios.

Rosim (2016) analisa a interseção entre o instituto da desapropriação e o direito à moradia no contexto urbano brasileiro, destacando que a morosidade nos processos de desapropriação impacta diretamente a efetivação do direito à moradia. A autora ressalta que os atrasos na execução das desapropriações comprometem projetos habitacionais e a implementação de políticas públicas voltadas para a redução do déficit habitacional.

Carvalho (2018) aborda o direito de defesa nos processos de desapropriação, indicando que a garantia do contraditório e da ampla defesa, embora fundamental, pode resultar em prolongamentos processuais. A autora sugere a necessidade de equilibrar a celeridade processual com a proteção dos direitos dos expropriados, evitando que o excesso de formalismos legais se torne um obstáculo à efetividade das desapropriações.

Levando em consideração as falas dos autores, cabe ainda destacar a fala de Cabloco e Massuquetto (2020), onde as autoras defendem que:

[...] ao contrário do que muitos pensam, a desapropriação, quaisquer que sejam seus elementos deflagradores, ainda se faz necessária e urgente (que o digam outras tantas “Fazendas Nova Alegria” espalhadas pelo Brasil!); cuida-se menos de defender a inexistência de antinomia no texto constitucional, ou de pugnar pela observância do rito sumário para a desapropriação, e mais, de transformar as propriedades rurais economicamente produtivas, mas alcançadas pelo império da lei, em redutos de

recuperação ambiental e de funcionalização social, verdadeiros vetores da tão sonhada justiça social (Cabloco; Massuquetto, 2020, p.256).

Cabloco e Massuquetto (2020) argumentam que a desapropriação-sanção continua sendo uma necessidade urgente no Brasil, especialmente em relação a propriedades rurais que, embora economicamente produtivas, não cumprem sua função social e ambiental. As autoras sugerem que o foco não deve estar em debates meramente jurídicos, como a inexistência de antinomias na Constituição ou a rapidez dos procedimentos de desapropriação, mas sim na transformação dessas propriedades em espaços que promovam a recuperação ambiental e o cumprimento da função social da terra.

Ao citar as "Fazendas Nova Alegria" como exemplos, Cabloco e Massuquetto (2020) ressaltam a existência de inúmeras terras improdutivas ou mal utilizadas espalhadas pelo Brasil, indicando a urgência de políticas que convertem essas propriedades em vetores de justiça social. Elas defendem uma visão progressista da desapropriação, não como um fim em si mesma, mas como um meio de alcançar a equidade social e a sustentabilidade ambiental, fortalecendo a ideia de que a terra deve servir ao bem comum e não apenas ao lucro econômico.

4.2 A posse da terra em assentamentos rurais

A posse da terra em assentamentos rurais no Brasil é regulamentada por um conjunto de legislações que visam assegurar aos beneficiários da reforma agrária o acesso e a permanência na terra de forma legal e sustentável. O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) estabelece que a distribuição dos imóveis rurais ocorre por meio de instrumentos como o Contrato de Concessão de Uso (CCU), o Título de Domínio (TD) e a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). Esses mecanismos buscam garantir a segurança jurídica dos assentados, permitindo-lhes desenvolver atividades produtivas e assegurar a subsistência de suas famílias (Brasil, 2024).

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) é um instrumento provisório que confere ao assentado o direito de utilizar a parcela de terra para fins de moradia e produção. Durante a vigência do CCU, o beneficiário deve cumprir as cláusulas estabelecidas, como a exploração direta da terra e a não comercialização do lote. O cumprimento dessas condições é fundamental para a obtenção do Título de Domínio (TD), que transfere a propriedade definitiva ao assentado,

consolidando sua segurança jurídica e permitindo maior autonomia na gestão da terra (Brasil, 2024).

A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) é outro instrumento utilizado na regularização fundiária de assentamentos rurais. Diferentemente do CCU, a CDRU pode ser concedida por prazo indeterminado e é frequentemente aplicada em áreas de interesse social ou ambiental, onde se busca conciliar a utilização da terra com a preservação dos recursos naturais. Esse modelo de concessão assegura aos assentados o direito de uso e fruição da terra, desde que respeitadas as condições estabelecidas no termo de concessão (Brasil, 2024).

A titulação definitiva das terras em assentamentos rurais é um processo complexo que envolve não apenas a regularização fundiária, mas também a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas. Nesse contexto, é essencial considerar a diversidade de práticas de produção, uso e ocupação da terra, bem como sua importância para a conservação ambiental e a segurança alimentar. A mercantilização da terra, quando priorizada em detrimento da reforma agrária, pode comprometer os objetivos sociais e ambientais previstos nas políticas de assentamento (Pinto, 2023).

Além dos instrumentos legais mencionados, a posse da terra em assentamentos rurais está intrinsecamente ligada ao cumprimento da função social da propriedade. Isso implica que a terra deve ser utilizada de maneira produtiva, respeitando as legislações ambientais e trabalhistas, e contribuindo para o bem-estar da comunidade.

O não cumprimento desses requisitos pode resultar na retomada da terra pelo poder público, reforçando a necessidade de um acompanhamento contínuo e de suporte técnico aos assentados para garantir a sustentabilidade dos projetos de reforma agrária (Brasil, 2024).

4.3 Liderança do MST no Ceará e o papel do ITEC

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem desempenhado um papel fundamental no estado do Ceará desde sua primeira ocupação em 1989, quando mais de 400 famílias ocuparam a antiga fazenda Reunidas de São Joaquim, abrangendo os municípios de Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem. Ao longo de mais de três décadas, o MST expandiu

sua atuação para mais de 60 municípios cearenses, estabelecendo mais de 200 assentamentos federais e estaduais. Esses assentamentos resultaram em conquistas significativas, incluindo a criação de escolas de ensino médio voltadas para o campo, cooperativas, agroindústrias, rádios comunitárias e programas de formação acadêmica para filhos e filhas de assentados, por meio do Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (MST, 2022).

Em janeiro de 2025, Missias do MST foi designado líder do maior bloco parlamentar na Assembleia Legislativa do Ceará, composto por 14 deputados dos partidos PT, PCdoB, PSD, PSDB e Cidadania. Essa posição estratégica reforça a influência política do MST no estado e destaca a capacidade de articulação do movimento em esferas institucionais (O povo, 2025).

Paralelamente, o Instituto de Tecnologia do Ceará (ITEC) tem desempenhado um papel crucial no apoio às iniciativas do MST e no desenvolvimento tecnológico das áreas rurais. O ITEC é responsável pela gestão do Cinturão Digital do Ceará (CDC), uma infraestrutura de fibra óptica que abrange todo o estado, proporcionando acesso à internet de alta velocidade a órgãos públicos e comunidades. Essa conectividade é essencial para a implementação de projetos educacionais e de desenvolvimento sustentável nos assentamentos do MST, facilitando a comunicação e o acesso a informações (Governo do Ceará, 2024).

Em fevereiro de 2025, o presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), Francisco Barbosa, foi eleito presidente da nova diretoria executiva da Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP-TIC) para o biênio 2025-2026. Essa eleição reflete o reconhecimento nacional das iniciativas tecnológicas promovidas no Ceará, muitas das quais beneficiam diretamente as comunidades rurais e os assentamentos do MST, fortalecendo a infraestrutura digital e promovendo a inclusão tecnológica no campo (Governo do Ceará, 2025).

A colaboração entre o MST e o ITEC exemplifica como a integração entre movimentos sociais e instituições tecnológicas pode promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social nas áreas rurais do Ceará. Essa parceria tem sido fundamental para a implementação de projetos que visam melhorar a qualidade de vida das comunidades assentadas, proporcionando acesso a recursos educacionais, tecnológicos e de comunicação.

5. METODOLOGIA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, a qual se propôs a investigar as experiências, lutas e conquistas das famílias do acampamento Maria Bonita, localizado no município de Mauriti-CE, no contexto da luta pela reforma agrária. Serão descritos os caminhos percorridos na construção do trabalho, incluindo o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados utilizados, os critérios para escolha da entrevistada, bem como a forma de análise dos dados obtidos. Essa explicitação metodológica é fundamental para conferir rigor científico à investigação, garantindo transparência, coerência e validade aos resultados alcançados.

5.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, que adota o método misto ao articular procedimentos da pesquisa bibliográfica com a realização de uma entrevista semiestruturada. A escolha por essa abordagem justifica-se pela complexidade do objeto de estudo — a luta pela reforma agrária vivenciada no acampamento Maria Bonita, no município de Mauriti-CE —, o qual demanda tanto uma base teórica sólida quanto o aprofundamento na experiência concreta dos sujeitos envolvidos. Sampaio (2022) esclarece que:

Em geral, pesquisadores da linha qualitativa entendem o aspecto subjetivo como um ponto chave para uma compreensão aprofundada de estruturas sociais e organizacionais, as quais não são passíveis de entendimento adequado através do método estatístico (Sampaio, 2022, p.27).

A pesquisa bibliográfica teve como função estruturar a fundamentação teórica da investigação, com base em obras acadêmicas, artigos, teses e dissertações produzidas preferencialmente entre os anos de 2018 e 2025, contribuindo para o embasamento conceitual acerca da reforma agrária, da territorialidade camponesa e da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com Fontana (2018):

A pesquisa bibliográfica vincula-se à leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses, monografias, etc. (ou seja, na maioria das vezes, dos produtos que condensam a confecção do trabalho científico). Não por acaso, esse tipo de pesquisa também exige planejamento e, após uma análise da literatura disponível sobre o tema estudado, o material angariado deve ser triado, estabelecendo-se assim, um plano de leitura do mesmo. Nesse caso, espera-se uma leitura atenta e sistematizada acompanhada de resenhas, anotações e fichamentos que, por sua vez, servirão de subsídios e de fundamentação teórica para a feitura da pesquisa (Fontana, 2020, p.66).

Já a entrevista semiestruturada, realizada com uma liderança do acampamento, permitiu acessar as vivências, percepções e expectativas de quem protagoniza cotidianamente a luta pela terra, possibilitando uma aproximação entre teoria e realidade empírica. De acordo com Oliveira, Guimarães e Ferreira (2023):

As entrevistas face a face são as mais indicadas quando o pesquisador precisa esclarecer detalhes do roteiro para o entrevistado ou quando está interessado em obter informações pessoais ou mais específicas do respondente. Já entrevistas mediadas não só permitem ao pesquisador alcançar um número maior de pessoas como propiciam ao entrevistador contato com indivíduos cujo encontro pessoal seria problemático (Oliveira; Guimarães & Ferreira, 2023, p.219).

A afirmação de Oliveira, Guimarães e Ferreira (2023) ressalta a importância de escolher o formato de entrevista mais adequado aos objetivos e às condições da pesquisa. As entrevistas face a face (como a dessa pesquisa) permitem maior proximidade e aprofundamento, sendo especialmente úteis quando se busca compreender aspectos subjetivos ou contextuais do entrevistado. Já as entrevistas mediadas, como por telefone ou videoconferência, ampliam o alcance da pesquisa e são estratégicas quando o contato direto é inviável, mostrando que ambas as modalidades têm potencialidades distintas, dependendo do foco e da logística do estudo.

5.2 Delimitação do estudo e contexto

A presente pesquisa delimita-se ao estudo do acampamento Maria Bonita, situado no Riacho da Palha, zona rural do município de Mauriti, no estado do Ceará, inserido na região do Cariri cearense, conforme ilustra a imagem abaixo:

Imagem 2 – Acampamento Maria Bonita



Fonte: Elaboração Própria (2025)

O acampamento está localizado a aproximadamente 23 quilômetros a leste da sede do município de Mauriti e a cerca de 10 quilômetros a oeste da cidade de Bonito de Santa Fé, na Paraíba — esta última sendo a mais próxima do local. O recorte territorial foi escolhido por sua relevância na configuração agrária da região Nordeste, sendo o Ceará um dos estados que mais concentra acampamentos e assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O acampamento Maria Bonita se insere nesse cenário como espaço de resistência ativa e luta por dignidade, revelando os desafios cotidianos da população camponesa na busca pelo acesso à terra e pelo cumprimento da função social da propriedade.

No início da ocupação, o acampamento era formado por cerca de 60 famílias organizadas sob a bandeira do MST, com o objetivo de estabelecer-se em terras até então improdutivas. Ao longo de mais de uma década de permanência no território, resistindo a inúmeras dificuldades — como ameaças de despejo e omissão por parte dos órgãos públicos —, o grupo foi reduzido a cerca de 15 famílias remanescentes. Atualmente, essas famílias garantem sua subsistência a partir da agricultura familiar, com o cultivo de milho, feijão e frutas típicas do Cariri, além da criação de animais como porcos, bodes, galinhas e gado. A produção é desenvolvida mesmo diante da precariedade de infraestrutura, como o limitado acesso à água potável. O único poço existente foi perfurado com recursos próprios e atende apenas às demandas de consumo animal e uso doméstico, não sendo adequado ao consumo humano.

Outro aspecto importante a ser destacado é a dificuldade de acesso a direitos sociais básicos, como saúde e educação. A escolarização das crianças e adolescentes acampados é viabilizada por meio do deslocamento até o distrito de Nova Santa Cruz, situado a cerca de 7 quilômetros, ou até Bonito de Santa Fé – PB, sendo o transporte uma responsabilidade das próprias famílias. O mesmo ocorre com os atendimentos de saúde, que dependem do deslocamento dos posseiros até os municípios vizinhos, principalmente Mauriti e Bonito de Santa Fé. Esses elementos reforçam a vulnerabilidade social enfrentada pelas famílias, ao mesmo tempo em que evidenciam sua força de resistência e organização coletiva.

Dessa forma, o acampamento Maria Bonita representa não apenas um espaço físico de ocupação territorial, mas um território em disputa e em constante construção, onde a luta pelo direito à terra se entrelaça com o enfrentamento diário à exclusão, à precarização dos serviços públicos e à busca por reconhecimento e dignidade. O contexto aqui delimitado revela, portanto, a importância de analisar o acampamento como experiência viva e concreta das contradições e possibilidades da reforma agrária no Brasil contemporâneo.

5.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da presente pesquisa compreendem uma liderança do acampamento Maria Bonita, localizada no município de Mauriti, Ceará, na região do Cariri cearense. A escolha da entrevistada se deu de forma intencional, considerando seu papel ativo na organização e articulação política do acampamento, bem como seu profundo conhecimento sobre a trajetória de luta do grupo, desde a ocupação do território até os processos mais recentes de mobilização e resistência.

A seleção dessa liderança buscou garantir uma escuta qualificada, que permitisse o acesso a informações representativas da vivência coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra que compõem o acampamento. Sua experiência direta e constante no espaço da luta e do trabalho camponês possibilitou uma narrativa rica, capaz de oferecer não apenas dados objetivos, mas também reflexões subjetivas e afetivas sobre o processo de ocupação, organização interna, desafios enfrentados e expectativas futuras.

Ressalta-se que, embora a pesquisa tenha se concentrado em uma única entrevistada, sua posição de referência dentro do acampamento legitima a abordagem adotada, uma vez que, como destaca Minayo (2013), em pesquisas qualitativas, a escolha de sujeitos privilegiados pode proporcionar uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado, sobretudo quando se trata de contextos de coletividade e resistência social.

5.4 Instrumento de coleta de dados

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se como principal instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, aplicada presencialmente à liderança do acampamento Maria Bonita, no município de Mauriti – CE. A escolha por esse tipo de instrumento foi motivada pela flexibilidade que oferece ao pesquisador, permitindo aprofundar questões relevantes ao longo da conversa, sem perder de vista os objetivos centrais da investigação.

O roteiro da entrevista foi construído com base nos eixos temáticos definidos a partir da fundamentação teórica da pesquisa, abordando questões como a experiência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os desafios enfrentados na luta pela terra, o cotidiano

no acampamento Maria Bonita, as práticas coletivas de produção, os mecanismos de organização interna e as expectativas para o futuro. A entrevista foi registrada com consentimento da entrevistada e transcrita integralmente para posterior análise, respeitando-se os princípios éticos que orientam a pesquisa com seres humanos.

Além da entrevista, a pesquisa se valeu também da revisão bibliográfica como instrumento complementar, com o objetivo de contextualizar teoricamente as questões levantadas no campo. Foram consultadas obras acadêmicas, artigos científicos, monografias, dissertações e teses produzidas preferencialmente entre 2018 e 2025, a fim de garantir atualização e relevância à base teórica do estudo. A combinação entre a escuta da liderança local e os referenciais teóricos permitiu construir uma análise articulada entre realidade empírica e reflexão crítica.

5.5 Procedimento de coleta

Os procedimentos de coleta de dados desta pesquisa foram realizados de forma presencial, no próprio acampamento Maria Bonita, localizado na zona rural do município de Mauriti – CE (Imagem 3). A visita ao campo foi previamente articulada com os representantes locais do movimento, respeitando os princípios de escuta, confiança e reciprocidade com a comunidade. A coleta foi conduzida por meio de uma entrevista semiestruturada aplicada à liderança do acampamento, figura reconhecida pela comunidade pela sua trajetória de engajamento e representação.

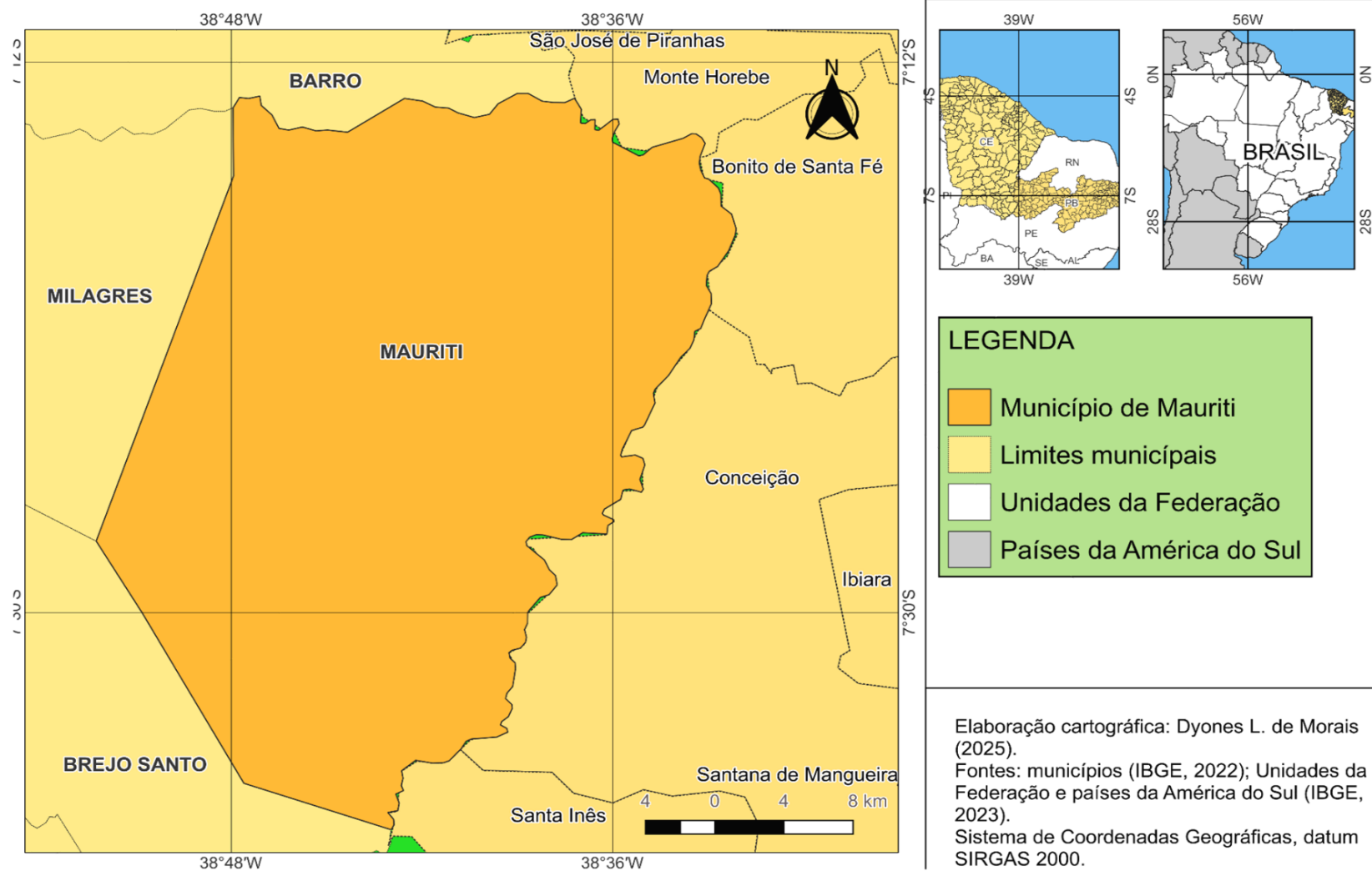
A entrevista foi realizada em um ambiente informal, escolhido de forma a garantir o conforto e a tranquilidade da entrevistada, preservando sua privacidade e liberdade de expressão. O momento da escuta foi conduzido com base em um roteiro previamente elaborado, porém com abertura para adaptações, conforme o fluxo das respostas e os temas emergentes no decorrer da conversa. A duração da entrevista foi suficiente para contemplar todos os eixos temáticos definidos na pesquisa, garantindo densidade e profundidade às informações obtidas.

Com o consentimento da participante, a entrevista foi registrada por meio de anotações, possibilitando posterior transcrição e análise detalhada do conteúdo. Esse processo foi fundamental para manter a fidelidade das falas e valorizar a linguagem própria da entrevistada,

reconhecendo sua voz como elemento central na construção do conhecimento. A coleta de dados ocorreu de forma ética, respeitosa e sensível, valorizando a experiência concreta da liderança rural como fonte legítima de saber e reflexão crítica.

Imagem 3 – Mapa do município de Mauriti

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAURITI, ESTADO DO CEARÁ, BRASIL



Fonte: Elaboração própria (2025)

5.6 Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados obtidos na entrevista foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos voltados para a descrição e interpretação das mensagens emitidas pelos sujeitos da pesquisa. Essa técnica mostrou-se adequada à natureza qualitativa do estudo, por permitir a extração de significados profundos a partir das falas da entrevistada, considerando seus contextos, experiências e expressões subjetivas.

A transcrição integral da entrevista foi o primeiro passo do processo analítico, garantindo fidelidade às palavras da entrevistada e possibilitando uma leitura mais atenta e interpretativa do conteúdo. Em seguida, procedeu-se à organização das respostas por eixos temáticos, definidos a partir do roteiro da entrevista e dos objetivos da pesquisa. Cada eixo foi analisado à luz dos referenciais teóricos previamente discutidos na fundamentação, estabelecendo conexões entre as falas da entrevistada e os autores que tratam da reforma agrária, dos movimentos sociais do campo, da territorialidade e da resistência camponesa.

O cruzamento entre os dados empíricos e a literatura acadêmica permitiu identificar categorias emergentes, como identidade política, organização coletiva, dificuldades estruturais, práticas de produção e projeções futuras. Essas categorias auxiliaram na elaboração do capítulo de análise e discussão, possibilitando uma compreensão integrada entre o vivido e o teorizado. A abordagem adotada buscou, assim, respeitar a singularidade da experiência narrada, ao mesmo tempo em que situou essa experiência dentro de um quadro mais amplo de luta social e disputa por direitos no campo brasileiro.

5.7 Considerações éticas

Esta pesquisa respeitou integralmente os princípios éticos que orientam os estudos com seres humanos, conforme estabelecido pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre as diretrizes aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A participação da entrevistada foi voluntária, baseada na livre manifestação de vontade, após esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, o uso das informações e a garantia do

anonimato, caso desejado.

Antes da realização da entrevista, foi apresentada uma explicação clara e acessível sobre a finalidade do estudo, o uso dos dados coletados e o direito da participante de se retirar a qualquer momento, sem prejuízo ou constrangimento. Embora a entrevistada tenha autorizado a utilização de seu nome em algumas ocasiões, a identidade foi preservada no corpo do trabalho, a fim de proteger sua integridade e segurança, considerando o contexto de luta e possível vulnerabilidade social em que se encontra.

Todas as informações obtidas foram tratadas com confidencialidade e respeito, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e com o compromisso de valorização da voz e experiências dos sujeitos envolvidos. A pesquisa reafirma, assim, seu compromisso ético com a justiça social, com o reconhecimento dos saberes populares e com a produção de conhecimento comprometida com a transformação da realidade estudada.

6. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O presente capítulo tem como objetivo analisar e discutir os dados obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com uma das lideranças do acampamento Maria Bonita, localizado no Riacho da Palha, no município de Mauriti-CE. A partir das falas da entrevistada, busca-se compreender as experiências vividas pelas famílias que integram o movimento, seus desafios, conquistas e perspectivas, estabelecendo uma articulação entre essas vivências e os referenciais teóricos apresentados na fundamentação da pesquisa. Ao relacionar teoria e prática, pretende-se evidenciar como a realidade concreta do acampamento reflete os processos históricos e sociais que envolvem a luta pela terra e a construção de um território de dignidade e resistência.

6.1 Voz da terra: análise das vivências e lutas no Acampamento Maria Bonita

A entrevista com a liderança do acampamento Maria Bonita, situado no Riacho da Palha, município de Mauriti-CE, ocorrida em 16/10/2024, revela uma trajetória marcada pela resistência, transformação e construção coletiva. Através das respostas fornecidas, é possível estabelecer um diálogo entre a vivência concreta da entrevistada e os conceitos debatidos ao longo da fundamentação teórica, permitindo uma compreensão mais ampla sobre os significados sociais, políticos e econômicos da luta pela terra.

A primeira pergunta buscou compreender como a entrevistada conheceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua percepção inicial sobre o movimento. Ela relatou:

“isso é nossa entidade, dos trabalhadores e eu gosto muito do trabalho, eu sou e faço parte do MST, antes eu não conhecia o MST, eu achava que o MST era uma pessoa que poderia tomar a terra de alguém, de um proprietário, mas não, hoje eu reconheço que o MST são trabalhadores, a gente vive trabalhando para sobreviver, mas a propriedade que a gente toma posse, se o proprietário não vender, a gente se “arretira”, inclusive essa que estamos aqui, faz 10 anos dia 23 de junho, que estamos aqui, ela agora foi vendida, vai ser legalizada, por R\$1.600,000,00, já está com toda documentação já “pra” ser assentado, são 15 famílias pré-assentadas, já pode chamar

assentamento Maria Bonita, nós não temos documentos, mas está em cartório, já foi registrado e somos 15 famílias 14 sobrevivem das plantações, né?! E iremos sobreviver das plantações sem usar veneno, agrotóxicos, né, que o povo chama?!”

A resposta da entrevistada revela, de forma profunda e espontânea, um processo de transformação pessoal que reflete também a trajetória coletiva vivida no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao recordar que, inicialmente, tinha uma percepção equivocada sobre o movimento — acreditando que o MST “poderia tomar a terra de alguém” — e ao afirmar que hoje reconhece o MST como “trabalhadores”, a entrevistada evidencia a construção de uma nova consciência política e social, que se deu a partir de sua própria vivência no acampamento. Essa mudança de visão é coerente com o que afirmam Pereira e Reis (2018), ao analisarem a forma como a atuação no MST promove uma ruptura com os estigmas impostos socialmente ao movimento, possibilitando aos sujeitos a construção de uma identidade fundamentada na luta por direitos, no pertencimento coletivo e no reconhecimento como trabalhadores do campo. Leite e Dimenstein (2010) também reforçam que esse processo de ressignificação ocorre a partir da convivência nas bases do movimento, que opera como espaço formativo, de construção de subjetividades voltadas para a coletividade e para a emancipação social.

Além disso, a entrevistada menciona que está há dez anos no mesmo território, o que já permite que ela se refira ao local como “assentamento Maria Bonita”, mesmo ainda em processo de regularização. Essa permanência prolongada, que se sustenta mesmo diante da ausência de documentação formal, aponta para um sentimento de pertencimento e de enraizamento que caracteriza os acampamentos do MST. Figueiredo e Pinto (2014) observam que os acampamentos não são apenas espaços provisórios, mas ambientes de resistência e construção de vínculos identitários e comunitários. Nesse mesmo sentido, Misnerovicz (2017) argumenta que a experiência cotidiana vivida nos acampamentos contribui para a formação política dos sujeitos e para a consolidação de práticas de solidariedade e organização.

A fala da entrevistada também revela um avanço concreto no processo de regularização da terra, que foi recentemente vendida e teve sua documentação registrada em cartório. Essa informação demonstra que o grupo está prestes a ser oficialmente reconhecido como assentamento, o que representa uma conquista importante para as 15 famílias envolvidas. Leão e Siqueira (2022) enfatizam que a legalização da terra é uma etapa crucial para garantir aos trabalhadores acesso a políticas públicas, segurança jurídica e autonomia produtiva. Segundo o

INCRA (2024), a titulação permite não apenas a posse formal, mas também a integração dos assentamentos aos programas de fomento, assistência técnica e crédito rural.

Ainda assim, ao afirmar que “14 famílias sobrevivem das plantações” e que irão produzir “sem usar veneno, agrotóxicos”, a entrevistada evidencia o compromisso com a agroecologia e com práticas sustentáveis de produção. França (2018) acentua a importância dos desejos em comuns entre sujeitos tão distintos, como o de conquistar a terra/água para estabelecer um outro modo de vida a partir da produção agroecológica.

Essa escolha reforça um modelo de agricultura pautado na preservação do meio ambiente, na segurança alimentar e na valorização da cultura camponesa. Folmer e Meurer (2019) e Santos et al. (2021) destacam que a adoção da agroecologia é uma das marcas do MST, pois além de representar uma alternativa ao agronegócio, fortalece a soberania alimentar e o protagonismo dos trabalhadores rurais na construção de um modelo agrícola mais justo e equilibrado.

Essa resposta, portanto, reúne diversos elementos fundamentais da luta dos MST: a mudança na percepção do movimento, o sentimento de pertencimento ao território, a conquista da terra, a resistência coletiva e o compromisso com a produção sustentável. É um testemunho que sintetiza, em sua essência, a força transformadora da vivência no MST.

Em resposta à segunda pergunta, sobre os principais desafios enfrentados ao longo da luta por reforma agrária, a entrevistada narrou:

“Primeiro, a gente sempre vivia em outros (locais), reivindicando, a gente vivia lá no açude dona Isola, reivindicando uma propriedade, e em janeiro de 2013, eu estava no banco do Brasil com meu irmão e ouvi uma (senhora) comentando para um (senhor) que “gostaria tanto que os sem-terra invadissem essas terras”, e ela falou com essas palavras, para que ela conseguisse vender. E essa terra tinha sido pegada com plantio de maconha, isso em 2013. Uma terra dela foi vendida no Barro. Eu estava próximo e só escutei. já fazia parte do MST e não comentei nada e sai, e de lá fui procurar os dirigentes de outras regiões e se passaram 6 meses, como a gente poderia chegar até aqui e quando foi dia 23 de junho, que era as festas juninas enquanto as pessoas estavam comemorando nós entramos na terra durante a madrugada e nos acampamos, estávamos em 60 famílias nesse dia, com os barracões de lonas. teve também uma ameaça de despejo, pela própria polícia militar, mas sem mandato, e no dia seguinte voltamos ao acampamento. e também a luz elétrica. A gente não desiste.”

Essa resposta evidencia os inúmeros desafios enfrentados pelas famílias camponesas na luta pela reforma agrária e pelo acesso à terra. Ao relatar que o grupo passou por diferentes locais antes de ocupar a área atual, a entrevistada revela um histórico de mobilidade forçada e

instabilidade, típico da trajetória de trabalhadores rurais sem terra. Esse percurso marcado pela constante reivindicação territorial, pela ausência de moradia fixa e pela resistência cotidiana é um retrato das dificuldades enfrentadas por milhares de famílias em todo o Brasil, como apontam Cabral (2021) e Catellan, Moraes e Rossoni (2020). Para esses autores, o processo de conquista da terra no Brasil é historicamente atravessado por entraves legais, omissões do Estado, repressões policiais e falta de políticas públicas efetivas, o que obriga os sujeitos a desenvolverem estratégias de autodefesa, deslocamento e mobilização permanente.

A experiência relatada pela entrevistada sobre a escuta de uma conversa no Banco do Brasil em que uma senhora expressa o desejo de que o MST invadisse uma propriedade para que ela pudesse vendê-la, revela uma faceta muitas vezes negligenciada da realidade fundiária no país: o uso da ocupação como catalisador de processos de regularização ou venda de terras improdutivas ou envolvidas com ilícitos, como foi o caso dessa propriedade anteriormente associada ao cultivo de maconha. Esse dado reforça as contradições da estrutura agrária brasileira, onde muitas vezes a terra só passa a ser alvo de interesse ou negociação diante da pressão exercida por movimentos sociais. A atitude da entrevistada de procurar, após o ocorrido, os dirigentes de outras regiões, demonstra a articulação interna do MST e sua capacidade de organização estratégica para planejar ocupações de forma coordenada, conforme discutido por Fernandes (2012), que analisa o processo de territorialização do movimento.

O momento da ocupação da área atual também é simbólico: aconteceu na madrugada do dia 23 de junho, durante o período das festas juninas, tradicionalmente associado à celebração da colheita e da cultura nordestina. Esse contraste entre a festa e a ação de luta por terra sugere uma resistência silenciosa, porém potente, que redefine o significado das datas comemorativas para os sujeitos do campo. Estavam presentes 60 famílias, o que evidencia o caráter coletivo e massivo da ocupação, com os barracos de lona sendo montados como símbolo da resistência. Figueiredo e Pinto (2014) destacam que os acampamentos não são apenas estruturas físicas provisórias, mas espaços de construção de um novo modo de vida, fundado na solidariedade, no trabalho comum e na resistência política.

A entrevistada também menciona a ameaça de despejo pela Polícia Militar, ocorrida sem mandado judicial. Esse relato é particularmente grave, pois evidencia a violação de direitos fundamentais por parte do Estado. A atuação da polícia sem respaldo legal nos despejos de acampamentos do MST tem sido recorrente, configurando-se como uma prática de

criminalização dos movimentos sociais, como apontado por Souza (2020). O retorno das famílias ao acampamento no dia seguinte demonstra, por outro lado, a resiliência dos trabalhadores e sua disposição para resistir diante da repressão.

Por fim, ao mencionar as dificuldades com a luz elétrica e ao concluir afirmando que “a gente não desiste”, a entrevistada sintetiza a essência da luta camponesa no Brasil: a resistência frente à precariedade e à violência institucional, e a insistência em construir dignidade mesmo em condições adversas. Como reforça Cabral (2021), a morosidade do Estado em promover a reforma agrária, aliada à omissão diante das necessidades básicas dos acampados, é uma das expressões da exclusão histórica da população rural, cuja resposta tem sido a organização coletiva e a ocupação ativa de territórios. A fala da entrevistada, portanto, reforça que os desafios enfrentados pelas famílias do acampamento Maria Bonita não são apenas individuais ou circunstanciais, mas fazem parte de um processo estrutural que exige resistência organizada, articulação política e, acima de tudo, esperança como motor de transformação.

Na terceira pergunta, questionou-se qual a visão da entrevistada sobre o papel do MST na luta por justiça social e reforma agrária, mas ela preferiu não responder, o que também é revelador. O silêncio pode indicar a complexidade do tema ou um sentimento de insegurança em expressar opiniões mais amplas. Essa ausência de resposta pode ser interpretada como reflexo das dificuldades de acesso à informação, do receio de perseguições históricas aos movimentos sociais ou da própria tensão cotidiana da militância rural.

A quarta pergunta abordou as principais reivindicações atuais dos moradores do acampamento Maria Bonita. A entrevistada destacou:

“A gente precisa de um poço, né?! que foi cavado particularmente, a gente precisa de casa de alvenaria, porque a gente continua na casa de taipa, e condições da gente continuar trabalhando, máquinas, arame pra gente fazer cerca, material pra fazer cisterna. Essas caixas são particulares.”

Essas demandas básicas refletem as carências históricas enfrentadas pelos trabalhadores do campo e estão diretamente relacionadas à função social da terra prevista na Constituição Federal. Leão e Siqueira (2022) discutem como a ausência de políticas públicas estruturantes compromete a consolidação dos assentamentos, e apontam que o acesso a infraestrutura, habitação e recursos produtivos são condições mínimas para que os assentados possam usufruir plenamente do direito à terra.

Em resposta à quinta pergunta — sobre como a falta de acesso à terra afeta a vida das famílias — a entrevistada relatou:

“Como já falei, somos pré assentados, já pode chamar de assentamento. A visão que eu tenho é que o MST, a gente homens e mulheres somos grandes guerreiros, né?! a gente luta pela terra que é para a gente trabalhar, para dar sustento aos filhos, para criar nossos filhos. E filhos, né?! e passar agora a falar estou passando por um momento difícil até de falar, minha filha era uma acampada, que veio a falecer agora a pouco, mas que era o sonho dela. E faculdade, o MST dá faculdade, e iria embora para o Rio Grande do Sul, e o MST paga, né?!... e tem a bolsa, o MST paga pra estudar.”

Essa fala carrega forte carga emocional e reforça o caráter intergeracional da luta, revelando os impactos familiares, sociais e até simbólicos da exclusão do acesso à terra. Além disso, demonstra o papel do MST na promoção da educação como um direito e como estratégia de emancipação, conforme discutido por Folmer e Meurer (2019), que analisam a formação oferecida pelo movimento como ferramenta de resistência e de construção de um novo projeto de sociedade no campo.

A sexta pergunta procurou identificar quais conquistas a entrevistada considera mais significativas. A resposta foi objetiva:

“A conquista da terra! Tava prevista agora até o final do mês pra receber em documento, mas estamos preocupados pelo ano político, né?! no caso pode estender pra receber a documentação pós a campanha que tem isso tudo.”

A obtenção da terra e sua legalização representa o ápice de uma longa jornada coletiva, marcada por insegurança e instabilidade. Segundo o INCRA (2024), o processo de titulação é fundamental para garantir o direito pleno à propriedade rural, sendo a regularização um passo necessário para o acesso a políticas públicas e a consolidação dos assentamentos.

A sétima pergunta buscou compreender como a organização coletiva e a solidariedade impactam a vida no acampamento. A entrevistada explicou que há contribuições coletivas:

“No caso, geralmente, um dia na semana todos trabalha no roçado, essa colheita era pras viagem pra Brasília, pra Fortaleza, pra o Crato, a gente viaja muito, sempre viaja, Né?! o coletivo agora é isso, todos os acampados, a gente temos doado 10 quilos de feijão, e esses 10 quilos de feijão ficam guardados, e temos o caixinha, o caixinha é 10 reais mensal, né?! o que é que a gente faz com ele? Preciso pra o acampamento, a gente não pode tirar pras coisas sem ser do acampamento. Por exemplo: o caminhão passou, quebrou, precisamos pra apagar o fogo da roça, foi 100 reais, tivemos o poço aqui que deu um

problema no negócio da bomba, a gente tira desse dinheiro do caixinha, então isso faz parte do coletivo.”

Essas práticas apontam para uma lógica solidária que se contrapõe ao individualismo da lógica do mercado. Leite e Dimenstein (2010) e Santos *et al.* (2021) discutem como a construção do coletivo fortalece o vínculo entre os membros dos assentamentos e permite a sustentabilidade dos territórios conquistados. Além disso, a solidariedade material entre as famílias também assume uma dimensão política, especialmente quando se trata de apoiar as mobilizações e manifestações do movimento em diferentes localidades. A capacidade de sustentar essas ações através do esforço coletivo interno é um indicador da maturidade organizativa do grupo. Como ressaltam Fernandes (2012) e Misnerovicz (2017), o MST opera não apenas como um movimento de reivindicação territorial, mas também como um espaço de formação política e de construção de novos modos de vida baseados na cooperação, na equidade e na autonomia popular.

Dessa forma, a resposta da entrevistada demonstra que a organização coletiva dentro do acampamento Maria Bonita transcende as necessidades práticas do cotidiano. Ela constitui a base material e simbólica da vida em comunidade, permitindo a superação de dificuldades estruturais e fortalecendo os vínculos sociais e políticos entre os sujeitos que lutam pelo direito à terra e à dignidade no campo.

Na oitava pergunta, perguntou-se como a entrevistada enxerga o futuro da luta pela reforma agrária. Ela respondeu:

“Não sei se o que eu vou falar é certo, mas se não for... é uma grande vitória, uma grande conquista, a gente antes, bem antes era discriminado pela sociedade, né?! porque quando viam os Sem Terra, achava que os Sem Terra era... como em Bonito mesmo que a gente já fizemos festa de São João, de aniversário, de passar de um dia pra outro, com churrasco, com bebida, e tinha pessoa que dizia que não vinha porque aqui não é lugar de vim. E hoje eles pedem e chegam para a gente perguntando o que vai ter pra eles vim e hoje tá sendo bem diferente do início.”

Esse relato evidencia a mudança na percepção social sobre o MST e os assentados, que antes eram vistos como invasores e hoje passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. A transformação do olhar social é analisada por Andrade *et al.* (2021), ao demonstrar que a ação coletiva no campo modifica não só a vida dos trabalhadores, mas também a visão que a sociedade urbana tem sobre os movimentos sociais do campo.

A nona pergunta procurou saber como a entrevistada se vê nos próximos dez anos. Com

esperança e otimismo, ela respondeu:

“Dez anos?! Eu espero que a gente esteja todos numa vida mais melhor nas suas casas de alvenaria, transportando alimentos daqui de dentro pra fora, para os comerciantes, a gente espera isso, é a meta do acampamento. A gente pensa em fazer plantio de caju, plantio de coisas para que a gente possa... mandioca, também, inclusive tem a casa de farinha ali, e transportar goma, farinha, o necessário, é assim que a gente pensa. Então daqui a dez anos pedir a Deus que a gente esteja todos vivos e com saúde e que a gente já esteja transportando essas alimentações.”

A resposta à nona pergunta revela a dimensão esperançosa e projetiva da luta vivida pelas famílias do acampamento Maria Bonita. Ao ser questionada sobre como se vê no futuro, a entrevistada expressa o desejo de alcançar uma vida digna, estruturada e autônoma, baseada na produção agrícola e na comercialização dos alimentos cultivados coletivamente. Sua fala — “espero que a gente esteja todos numa vida mais melhor nas suas casas de alvenaria, transportando alimentos daqui de dentro pra fora” — traduz o sonho de transformar o acampamento em um assentamento consolidado, produtivo e integrado ao mercado local, onde o trabalho do campo seja reconhecido, valorizado e revertido em qualidade de vida para as famílias envolvidas.

Essa visão de futuro está fortemente ancorada no projeto político e pedagógico do MST, que defende não apenas o direito à terra, mas também a construção de um modelo de desenvolvimento rural pautado pela soberania alimentar, pela agroecologia e pela justiça social. Folmer e Meurer (2019) analisam que os assentamentos vinculados ao MST não visam apenas garantir a posse da terra, mas promover um modo de vida coletivo, autossustentável e com capacidade de gerar excedentes econômicos a partir de práticas de produção ecológica e diversificada. O desejo da entrevistada de produzir e comercializar alimentos como farinha, goma, caju e mandioca reforça esse ideal de soberania produtiva e autonomia camponesa.

Além disso, ao mencionar a “casa de farinha” e os planos para o plantio de mandioca e caju, a entrevistada destaca a importância da infraestrutura produtiva e do resgate de saberes tradicionais como pilares do projeto coletivo. Esse tipo de planejamento evidencia que o grupo não apenas resiste à exclusão social, mas também constrói alternativas reais de vida no campo. Santos *et al.* (2021) reforçam que as experiências agroecológicas nos assentamentos, aliadas ao uso consciente dos recursos naturais e ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, contribuem para consolidar territórios sustentáveis e economicamente viáveis.

O encerramento da fala com o pedido a Deus “que a gente esteja todos vivos e com saúde” revela que, para além da conquista material, a luta por reforma agrária é também uma

luta por dignidade, permanência e bem-estar coletivo. É um projeto de vida que transcende o presente e projeta o futuro como fruto da ação coletiva, da resistência cotidiana e da esperança compartilhada. Nesse sentido, a perspectiva de futuro apresentada pela entrevistada se insere plenamente no horizonte utópico, mas realizável, que o MST propõe para o campo brasileiro.

Por fim, as perguntas extras — sobre o trabalho nas terras mesmo ainda em condição de acampamento e sobre a divisão entre produção individual e coletiva — foram respondidas com clareza:

“sim, há 10 anos, mesmo sendo acampamento, nós já vive aqui trabalhando, colhemos milho, feijão, plantação de capim, criam porco, criam bode, outro cria galinha, outro cria gado e assim somos aqui.”

“Sim! A doação para o MST, a gente manda como nossa contribuição, pra o Natal sem fome, ou pra os mais carentes.”

As respostas às perguntas extras reforçam o que já vinha sendo construído ao longo da entrevista: o acampamento Maria Bonita, embora ainda em processo de regularização, é um espaço de vida, trabalho e solidariedade concretos. Ao afirmar que “há 10 anos, mesmo sendo acampamento, nós já vive aqui trabalhando”, a entrevistada evidencia que a luta por terra não se limita ao momento da ocupação ou à espera pela titulação formal — ela se manifesta cotidianamente no cultivo da terra, na criação de animais e na organização coletiva da produção. A diversidade das atividades produtivas citadas — milho, feijão, capim, porcos, bodes, galinhas e gado — demonstra o dinamismo do acampamento e sua capacidade de gerar sustento às famílias, mesmo diante da precariedade jurídica. Essa realidade se aproxima do que discutem Figueiredo e Pinto (2014), ao afirmarem que os acampamentos, mesmo antes de sua regularização, já configuram formas legítimas de territorialidade camponesa, com laços comunitários, estratégias produtivas e práticas sociais próprias.

Além disso, a fala destaca a coexistência entre produção individual e ações coletivas. A organização do trabalho permite que cada família mantenha sua pequena criação ou plantação, ao mesmo tempo em que se engaja em contribuições solidárias para além do próprio acampamento. A entrevistada menciona que “a doação para o MST, a gente manda como nossa contribuição, pra o Natal sem fome, ou pra os mais carentes”, o que revela uma ética comunitária ampliada, que ultrapassa os limites do assentamento e se volta para a solidariedade entre os sujeitos do campo e da cidade. Essa prática se alinha aos princípios do MST, que busca não apenas a distribuição de terras, mas a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Leite e Dimenstein (2010) destacam que o movimento se fundamenta numa pedagogia da solidariedade, onde o valor da terra está associado ao bem comum, à coletividade e à responsabilidade com os outros.

Essas respostas, embora curtas, sintetizam de maneira poderosa a essência do modo de vida construído no acampamento Maria Bonita: o trabalho como meio de autonomia e dignidade; a solidariedade como prática cotidiana; e a terra como espaço de pertencimento, partilha e transformação. Elas demonstram que, mesmo sem o reconhecimento formal, a comunidade já realiza, na prática, aquilo que a reforma agrária deveria garantir: o direito à terra como condição para uma vida plena, justa e solidária.

Assim, os relatos da liderança do acampamento Maria Bonita evidenciam a complexidade e a riqueza da luta pela terra no Ceará. A entrevista reforça os achados da fundamentação teórica e permite afirmar que a experiência vivida naquele território é um exemplo concreto de como o MST atua na promoção da justiça social, da soberania alimentar, da educação do campo e da democratização do acesso à terra.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa teve como propósito central analisar a trajetória de luta, resistência e organização do acampamento Maria Bonita, localizado no Riacho da Palha, zona rural do município de Mauriti, Ceará, no contexto da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das políticas de reforma agrária no Brasil. Através de uma abordagem qualitativa, baseada na articulação entre a pesquisa bibliográfica e a realização de uma entrevista semiestruturada com uma liderança do acampamento, foi possível alcançar os objetivos propostos e compreender, com maior profundidade, os sentidos atribuídos à terra por sujeitos que vivem, resistem e constroem um território camponês em meio a adversidades históricas.

Os dados obtidos evidenciam que o acampamento Maria Bonita, mesmo antes da formalização como assentamento, já se configura como um espaço de vida plena, onde práticas de solidariedade, organização coletiva, produção agroecológica e resistência cotidiana revelam a força do campesinato como agente de transformação social. A partir do relato da entrevistada, pôde-se observar como a inserção no MST transforma subjetividades, fortalece identidades políticas e promove um sentimento de pertencimento e dignidade. A pesquisa também permitiu evidenciar os principais desafios enfrentados pelas famílias, como a morosidade nos processos de desapropriação, a falta de acesso a serviços públicos essenciais — como água potável, saúde e educação — e a ausência de apoio efetivo por parte dos órgãos governamentais.

Ao longo da pesquisa, os objetivos foram alcançados: foi possível refletir sobre os fundamentos históricos e legais da reforma agrária no Brasil; compreender o papel do MST como movimento social estruturado e formador de territórios; analisar os desafios enfrentados nos processos de assentamento; e, sobretudo, dar visibilidade à voz dos sujeitos que constroem cotidianamente essa luta. A entrevista realizada foi essencial para humanizar os dados e tornar a pesquisa enraizada na realidade vivida pelos trabalhadores rurais.

Como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do número de entrevistados, incluindo outras lideranças, mulheres, jovens e representantes de famílias que deixaram o acampamento, a fim de compreender os diferentes fatores que influenciam a permanência ou desistência na luta. Também seria relevante desenvolver estudos comparativos entre diferentes acampamentos da região do Cariri ou de outros estados do Nordeste,

possibilitando uma análise mais abrangente das estratégias organizativas, dos desafios locais e das respostas institucionais frente à reforma agrária. Por fim, destaca-se a importância de pesquisas que acompanhem os processos pós-assentamento, avaliando os impactos sociais, econômicos e ambientais da conquista da terra ao longo do tempo.

Esta pesquisa se encerra com o reconhecimento de que a luta pela terra no Brasil segue como um campo em disputa, onde sujeitos historicamente marginalizados constroem, com coragem e esperança, territórios de vida, dignidade e justiça social. O acampamento Maria Bonita, com sua história marcada por resistência e sonhos assentados, é um exemplo vivo de que a reforma agrária continua sendo uma pauta necessária e urgente no país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Camila de; FLORINDO, Camilla Maria da Silva; PINTO, Gabrielle Fernanda Rocha; CASTILHOS, Luana Vitória Bastos de; SOUZA, Glacielli Thaiz. **Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra — resistências e conquistas**. Revista Humanidades em Perspectivas, v. 4, n. 8, p. 91-106, 2022. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/174/124>. Acesso em 19 de fev. 2025.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 1 a ed. São Paulo: Brasiliense: 1963.
- ARAÚJO SILVA, Elizângela Cardoso de. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. Serv. Soc. Soc. (133) • Sep-Dec 2018 • <https://doi.org/10.1590/0101-6628.155>. Acesso em 15 de fev. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Titulação de Assentamento**. Incra, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/titulacao>. Acesso em 20 de fev. 2025.
- BRASIL. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. No Ceará, MST celebra 33 anos de lutas e conquistas. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/05/25/no-ceara-mst-celebra-33-anos-de-lutas-e-conquistas/>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- CABLOCO, Natalya; MASSUQUETTO, Josely Trevisan. **Propriedade produtiva e desapropriação: uma marcha lenta rumo à máxima efetividade do texto constitucional**. Instituto Água e Terra - IAT, 2020. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/parte_3_4_natalya.pdf. Acesso em 23 de fev. 2025.
- CABRAL, Alysson André Oliveira. **Reforma agrária no Brasil: a reforma (im)possível**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24010/1/AlyssonAndr%C3%A9OliveiraCabral_Tese.pdf. Acesso em 13 de fev. 2025.
- CARVALHO, José Lucas Santos. **Colonialidade, Direito à Terra e Desigualdade Estrutural: o caso Sales Pimenta versus Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras, v. 5, n. 2, p. e20230211, 2023. Disponível em: https://cedisf.emnuvens.com.br/cedisf/user/setLocale/es_ES?source=%2Fcedisf%2Farticle%2Fview%2F229&utm. Acesso em 15 de fev. 2025.
- CARVALHO, Sabrina Nasser de. **Direito de defesa nos processos de desapropriação**. Tese de

Doutorado, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-06112020-145442/publico/7121540_Tese_Original.pdf. Acesso em 20 de fev. 2025.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019)**. Rev. NERA, Presidente Prudente v. 23, n. 55, pp. 138-164 Set.-Dez./2020 ISSN: 1806-6755. Disponível em:
https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrNPdRQsL1nHAIAGFLz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1741694288/RO=10/RU=https%3a%2f%2frevista.fct.unesp.br%2findex.php%2fnera%2farticle%2fview%2f6907/RK=2/RS=aU6gLIQAuqmsMHUktQWWfXPWvuY-. Acesso em 17 de fev. 2025.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; MUNIZ, Izadora Nogueira dos Santos; PEDRO, Juliana Monteiro; COELHO, Lenir Correia; FRANCO, Nadia Teresinha da Mota. **Reforma agrária, conflitos agrários e questões socioambientais**. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2019, 318p. Disponível em: <https://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2019/10/Reforma-agra%CC%81ria-conflitos-agra%CC%81rios-e-questo%CC%83es-socioambientais.pdf>. Acesso em 14 de fev. 2025.

COCA, Estevan. **O debate teórico a respeito da reforma agrária**. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.8, n.1, p. 77-89, jan/jun. 2014. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjR2Mq6qt2LAXVRGbkGHc2qEXY4ChAWegQIERAB&url=https%3A%2F%2Frevistas.uepg.br%2Findex.php%2Fftp%2Farticle%2Fdownload%2F5390%2F4358%2F24158&usq=AOvVaw04oiEUhCmTvxWbJU8vuaGg&opi=89978449>. Acesso em 17 de fev. 2025.

FERNANDES, B. M. (2012). **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS: CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**. REVISTA NERA, (6), 24–34.
<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra**. Psicol. Soc. 26 (3) • Dez 2014 • <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300005>. Acesso em 16 de fev. 2025.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. Revista NERA, v. 22, n. 48, p. 14-37, 2019. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5587/4844/23036>. Acesso em 19 de fev. 2025.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In: **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico** / Aline Vanessa Zambello {et al.}; organizador: Thiago Mazucato. Penápolis:

FUNEPE, 2018. Disponível em: <https://saude.ufpr.br/epmufpr/wp-content/uploads/sites/42/2020/10/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf>. Acesso em 24 de mar. 2025.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **Entre o dulçor da fruta e o ardor da labuta: terra, água, trabalho e resistências territoriais no semiárido nordestino**/ Diego Pessoa Irineu de França – Curitiba: CRV, 2023.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **Teologia da Libertação e Práxis: memórias territoriais de lágrimas e luta pela terra na região de Guarabira**/Diego Pessoa Irineu de França – Curitiba: CRV, 2020.

GOMES, Wilton Luis da Silva. **Inovações no regime jurídico das desapropriações**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-16042010-093843/publico/Wilton_Luis_da_Silva_Gomes_Dissertacao.pdf. Acesso em 20 de fev. 2025.

GOVERNO DO CEARÁ. **Etice organiza visita técnica ao Cinturão Digital do Ceará para gestores públicos de TI do Nordeste**. 2024. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/08/29/etice-organiza-visita-tecnica-ao-cinturao-digital-do-ceara-para-gestores-publicos-de-ti-do-nordeste/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

GOVERNO DO CEARÁ. **Presidente da Etice é eleito presidente da Associação Brasileira de Entidades Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação**. 2025. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2025/02/21/presidente-da-etice-e-eleito-presidente-da-associacao-brasileira-de-entidades-publicas-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **A organização política do MST**. Dossiê nº 75, Abril de 2024. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/04/20240409_D75_Web_PT.pdf. Acesso em 18 de fev. 2025.

LAURENTINO, Jackson Silva Lima. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de covid-19 no Brasil**. Artigos originais • Saude soc. 31 (4) • 2022 • <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210967pt>. Acesso em 17 de fev. 2025.

LEÃO, João Batista Inácio; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Reforma Agrária: O Exercício da Função Social da Terra Obstado pela Propriedade Privada**. Revista Themis, v. 20, n. 2, p. 113-133, 2022. Disponível em: <https://revistathemis.tjce.jus.br/THEMIS/article/download/917/77>. Acesso em 13 de fev. 2025.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. **Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva**. Psicologia & Sociedade, v. 31, e020002, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/vJYfTxWvNPL98nCCPtSftgc/>. Acesso em 17 de fev. 2025.

LOBATO NETO, Horácio. **A reforma agrária como instrumento de efetivação da cidadania na pós modernidade**. Revista de Direito Agrário e Agroambiental, e-ISSN: 2526-0081| Evento Virtual| v. 6 | n. 1 | p. 18-39 | Jan/Jun. 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdaa/article/download/6483/pdf>. Acesso em 13 de fev. 2025.

MELLO, Marcos Paulo Campos Cavalcanti de. **Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST**. Repositório UFC, dissertação, Fortaleza, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2252/1/2011_DIS_MPCCMELLO.pdf. Acesso em 19 de fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MIRALHA, Wagner. **Questão Agrária Brasileira: Origem, Necessidade e Perspectivas de Reforma Hoje**. Revista NERA, n. 8, p. 151-172, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445>. Acesso em 13 de fev. 2025.

MIRANDA, Roberto de Sousa; CUNHA, Luis Henrique Hermínio. **A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática**. Cadernos CRH, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/m5mjPpcTgND4GWp6bjyFzfz/>. Acesso em 18 de fev. 2025.

MIRANDA, Rogério Rego. **A territorialização do MST no sudeste paraense**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 14, n. 33, p. 72-95, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/57528/31520/259860>. Acesso em 19 de fev. 2025.

MISNEROVICZ, José Valdir. **O papel dos acampamentos na luta pela terra**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt06_1507224996_arquivo_trabalhosing_a1.pdf. Acesso em 16 de fev. 2025.

MOREIRA, Fabiano Greter. **Territorialidade e relações de poder nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS**. Desenvolvimento em Questão, v. 16, n. 44, p. 283-312, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9015/6282>. Acesso em 19 de fev. 2025.

MOREIRA, E. R. F. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

MST. **No Ceará, MST celebra 33 anos de lutas e conquistas**. MST no Ceará, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/05/25/no-ceara-mst-celebra-33-anos-de-lutas-e-conquistas/>. Acesso em 24 de fev. 2025.

NETO, Francisco Davi Cavalcante Martins. **Entre morosidade e eficiência: estudo sobre justiça**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/72020/1/2023_dis_fdcnneto.pdf. Acesso em 19 de fev. 2025.

O POVO. **Missias do MST será líder do maior bloco na Assembleia Legislativa do Ceará**. 2025. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2025/01/03/missias-do-mst-sera-lider-do-maior-bloco-na-assembleia-legislativa-do-ceara.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

OLIVEIRA, Silvaney de; GUIMARÃES, Orlinay Maciel; FERREIRA, Jacques de Lima. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210-236, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21779/15785>. Acesso em 24 de mar. 2025.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **O direito à terra no Brasil**. Ciência hoje, artigo, abril 2024. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/o-direito-a-terra-no-brasil/#>. Acesso em 15 de fev. 2025.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. Novos caminhos da geografia**. Tradução. São Paulo: Contexto, 1999. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Oliveira_AU_48_1019335_AGeografiaAgrariaEAsTransformacoesTerritoriaisRecentesNoCampoBrasileiro.pdf. Acesso em: 4 de maio de 2025.

PEREIRA, Simone Silva; REIS, Ana Terra. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): emancipação dos sujeitos e transformação social**. Revista de Políticas Públicas, 2018. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/9864/5815/29_707. Acesso em 19 de fev. 2025.

PINTO, Paula Máximo de Barros. **Titulação dos assentamentos rurais : o que está em jogo quando a mercantilização da terra é priorizada em detrimento da reforma agrária?**. Rio de Janeiro: FASE, 2023. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Nota-tecnica_reforma-agraria-DIGITAL.pdf. Acesso em 21 de fev. 2025.

RIBEIRO, Marlene. **Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo**. Educ. Pesqui. 41 (1) • Jan-Mar 2015 • <https://doi.org/10.1590/s1517-97022014111587>. Acesso em 14 de fev. 2025.

ROSIM, Danielle Zoega. **O instituto da desapropriação e o direito à moradia no cenário urbano brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-21022017-150517/publico/DanielleZRosimSimplificada.pdf>. Acesso em 20 de fev. 2025.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da pesquisa** [recurso eletrônico] / Tuane Bazanella Sampaio. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, CTE, UAB, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26138/MD_Metodologia_da_Pesquisa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 24 de mar. 2025.

SANTOS, Rafael Silva dos; ANDRADE, Cássio Calyton Martins; GUEDES, Deyse Cristina Valença; PEDRO, Mateus Felipe Otaviano; LEITE, Jáder Ferreira. **Mobilização política em tempos de pandemia: a atuação do MST em foco**. Rev. psicol. polít. vol.21 no.52 São Paulo set./dez. 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2021000300013&script=sci_arttext&. Acesso em 17 de fev. 2025.

SILVA, Eymmy Gabrielly Rodrigues da; MALERBA, Julianna. **Por Que A Conservação Da Biodiversidade E O Equilíbrio Climático Dependem Da Democratização Do Acesso À Terra No Brasil?**. Bool Infográfico, FASE, Nov. 2021. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2021-11/Boll_Infografico_Democratizacao_Terra_Brasil_V5_0.pdf?. Acesso em 15 de fev. 2025.

THOMAZ JR., A. GEOGRAFIA DO TRABALHO POR INTEIRO. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2018. DOI: 10.33026/peg.v19i2.6000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000>. Acesso em: 4 de maio de 2025.

UNGARETTI, Débora Grama. **Desapropriações na São Paulo contemporânea**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-20082024-111623/publico/TE_DEBORAGRAMAUNGARETTI_rev.pdf. Acesso em 19 de fev. 2025.

VASCONCELOS, Joana Salem. **Reforma agrária no Chile e pedagogias camponesas para a transformação social: 1962-1973**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13042021-193600/publico/2020_JoanaSalemVasconcelos_VCorr.pdf. Acesso em 14 de fev. 2025.

APÊNDICE A

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A LÍDER DO ACAMPAMENTO MARIA BONITA

1. Poderia descrever brevemente sua experiência como trabalhador sem-terra no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?

Pergunta Extra: mesmo antes de ser estabelecido que as terras serão desapropriadas, e ainda como acampamento, vocês já trabalham nessas terras?

2. Quais foram os principais desafios que você enfrentou ao lutar por reforma agrária e acesso à terra?

3. Como você vê o papel do MST na luta pela justiça social e pela reforma agrária no Brasil?

4. Quais são as principais demandas e reivindicações dos Trabalhadores Sem Terra hoje em dia nesse assentamento?

5. Como a falta de acesso à terra afeta a vida das famílias rurais e as comunidades onde o MST atua?

6. Quais são as conquistas mais significativas que você destaca em sua jornada como membro do MST?

7. De que forma a organização coletiva e a solidariedade dentro do MST têm impactado a vida dos trabalhadores Sem Terra?

Pergunta Extra: cada acampado tem uma plantação individual e uma plantação coletiva?

8. Como você enxerga o futuro da luta pela reforma agrária e dos movimentos sociais no campo?

9. Como a senhora se vê daqui a dez anos, após esses dez anos de luta?

APÊNDICE B



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (CFP)
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA (UNAGEO)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) para participar da pesquisa: **“Das terras sem função social à uma terra com vários sonhos assentados: uma breve pesquisa sobre o acampamento Maria Bonita, localizado no Riacho da Palha no município de Mauriti-CE”**. Caso aceite fazer parte da pesquisa, após os esclarecimentos e informações a seguir, esse documento deverá ser assinado em duas vias, sendo que a primeira ficará sob responsabilidade e guarda do pesquisador, e a segunda via estará sob a sua responsabilidade. Caso ocorra a recusa em participar da pesquisa, você não sofrerá nenhuma penalidade.

A presente pesquisa é motivada diante da busca pelo entendimento de como o início das atividades de acampamento se deram nesse determinado local e quais as motivações. Tendo como principal objetivo compreender os principais desafios encontrados pelos trabalhadores rurais sem terra, e para também investigar as possibilidades para a construção do conhecimento científico. Para a coleta de dados, será realizado entrevistas com os próprios trabalhadores, que participaram ativamente da ocupação.

Caso apresente alguma dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável, **Dyones Leite de Moraes**, por meio do telefone: **(83) 99693-8286**, ou através do e-mail: **dhonesmoraes16@gmail.com**. Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer tempo que desejar, bem como pode interromper a sua contribuição, caso ache pertinente.

A sua identidade será tratada com confidencialidade pelos pesquisadores, não sendo identificado (a) em nenhuma publicação resultante desta pesquisa, de tal modo, os

dados coletados serão apenas para fins do presente trabalho, em que nenhuma das suas informações pessoais serão liberadas sem a sua permissão previa.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente esclarecido, eu Maria Rosalva Batista Pereira concordo em participar da pesquisa, "Das terras sem função social à uma terra com vários sonhos assentados: uma breve pesquisa sobre o acampamento Maria Bonita, localizado no Riacho da Palha no município de Mauriti-CE", de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

16, de Outubro de 2024

Dyones Leite de Moraes

Assinatura do responsável pela pesquisa

Maria Rosalva Batista Pereira

Assinatura do participante